



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

JESSYCA RAFAELY SOARES DA SILVA

PATRIMÔNIO EDUCATIVO: ESCOLAS ESTADUAIS DE CARUARU
(1940- 2020)

CARUARU

2025

JESSYCA RAFAELY SOARES DA SILVA

PATRIMÔNIO EDUCATIVO: ESCOLAS ESTADUAIS DE CARUARU

(1940- 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Matemática - Licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Matemática.

Área de concentração: Patrimônio educativo.

Orientador(a): Roberto Ribeiro da Silva

CARUARU

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Jessyca Rafaely Soares da.

Patrimônio educativo: escolas estaduais de Caruaru (1940 - 2020). / Jessyca Rafaely Soares da Silva. - Caruaru, 2025.

75 p. : il.

Orientador(a): Roberto Ribeiro da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Matemática - Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Patrimônio educativo. . 2. Escolas Estaduais.. 3. História da educação. . I. Silva, Roberto Ribeiro da. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

JESSYCA RAFAELY SOARES DA SILVA

PATRIMÔNIO EDUCATIVO: ESCOLAS ESTADUAIS DE CARUARU

(1940- 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Matemática - Licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Matemática.

Aprovado em: 09/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Roberto Ribeiro da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Drª. Simone Moura Queiroz (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Marcos Saiande Casado (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho à minha família, às minhas irmãs e amigas e ao meu orientador.

AGRADECIMENTOS

Se tem uma parte especial nos livros que eu já li e que eu nunca cogitei pular foram os agradecimentos. Por mais que eu não fizesse ideia de quem eram as pessoas mencionadas, é incrível como nunca estamos sós e como ações, por menores que sejam, podem cooperar, inclusive, com o processo de estudo e de produção acadêmica.

Rendo graças, inicialmente, a Deus "porque nEle vivemos, e nos movemos, e existimos" (At 17.20). Acredito firmemente que Ele é o Senhor da História, que conduz, providencialmente, todas as coisas. Agradeço-o também porque neste trabalho, especificamente, pude contar com muitas mãos e orações que as trouxeram para perto.

Agradeço profundamente à minha família, sobretudo, à minha mãe Isabela e Souza, esforçada em tudo o que se propõe a fazer; e ao meu avô Rildo, que, nascido no final da década de 1950, não só ouvia com entusiasmo as descobertas como tecia comentários preciosos que me auxiliaram, inclusive, em novas descobertas.

Agradeço ainda a Sandra Valéria, Adalvaneide, Joadete Amorim, Larissa Raquel, Tâmara Lira, Fátima Abrantes, Quitéria Clécia, Ary Queiroz, Thomas Magnum, eles, e tantos outros que não consigo mencionar, há muito fazem parte da família em que fui introduzida e que desde então não têm me deixado carecer de referências próximas de dedicação ao próximo, aos estudos e a tudo quanto nos vier à mão para fazer.

Agradeço todo o entusiasmo e suporte do meu orientador Roberto Ribeiro da Silva que, prontamente, aceitou o convite para desenvolvermos tal trabalho além de ter ofertado, pacientemente, recomendações valiosíssimas durante todo o processo.

Por fim, não menos importante, agradeço aos meus amigos de turma: Luana Alves, Kawan Marques, Dináh Viterbo, José Gláucio e Gustavo Daniel. Temos nos auxiliado desde o primeiro período e acredito que nosso processo formativo não teria sido o mesmo sem nós, sem cada um de nós, juntos, mesmo quando discordamos ou nos portamos aquém do devido.

“O uso lícito (da cultura) pode não ser mais do que um prazer inocente; mas, se o abuso é comum, a tarefa de resistir a esse abuso pode ser não apenas lícita, mas obrigatória” (Lewis, 2019, p. 51).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo identificar o patrimônio educativo das escolas estaduais em Caruaru - PE de 1940 a 2020. A pesquisa insere-se na perspectiva da História da Educação, investigando a evolução do conceito de patrimônio até a consolidação da ideia de patrimônio educativo, considerando tanto aspectos da macro quanto da micro-história na aquisição desses bens. A metodologia adotada possui natureza qualitativa e caráter exploratório, utilizando-se de procedimento documental. Os resultados evidenciaram a participação de diversos agentes sociais nos esforços para a aquisição e manutenção do patrimônio das escolas, fundamentais para o desenvolvimento da educação e da própria cidade de Caruaru. Conclui-se que o reconhecimento da escola pública como patrimônio cultural – englobando aspectos materiais e imateriais -- é essencial para o fortalecimento da memória coletiva da identidade local. Ressalta-se, ainda, a necessidade de ampliar as discussões sobre o tema por meio da educação patrimonial, formação docente e grupos de pesquisa, visando maior consciência e comprometimento na preservação das instituições escolares.

Palavras-chave: Patrimônio educativo; Escolas Estaduais; História da educação.

ABSTRACT

This undergraduate final paper aims to identify the educational heritage of state schools in Caruaru - PE, from 1940 to 2020. The research is framed within the perspective of the History of Education, investigating the evolution of the concept of heritage until the consolidation of the idea of educational heritage, considering both macro and micro-history aspects in the acquisition of these assets. The methodology adopted is qualitative and exploratory, utilizing documentary procedures. The results evidenced the participation of diverse social agents in the efforts to acquire and maintain school heritage, which are fundamental for the development of education and the city of Caruaru itself. It is concluded that the recognition of public schools as cultural heritage – encompassing material and immaterial aspects – is essential for strengthening collective memory and local identity. Furthermore, it highlights the need to expand discussions on the subject through heritage education, teacher training, and research groups, aiming for greater awareness and commitment to the preservation of school institutions.

Keywords: Educational heritage; State Schools; History of education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Localização de Caruaru no mapa de Pernambuco	26
Imagem 2 - Despesas previstas para a instrução pública no ano de 1902	27
Imagem 3 - Homenagens à Getúlio Vargas	29
Imagem 4 - Primeira parcela da doação da USAID para Pernambuco	31
Imagem 5 - Instalação do MOBRAL em Caruaru	32
Quadro1 - Relação das escolas estaduais pesquisadas	39
Imagem 6 - Inauguração do Grupo Escolar Professor Vicente da Silva Monteiro	41
Imagem 7 - Campanha para reconstrução do Grupo Escolar Vicente Monteiro	42
Imagem 8 - Decreto para a construção da Escola Paulina Monteiro	43
Imagem 9 - Sobre a Escola Artesanal de Caruaru.	45
Imagem 10 - Alta demanda de vagas no Colégio Estadual de Caruaru	47
Imagem 11 - Aquisição de verbas para a educação	48
Imagem 12 - Desapropriação de lotes para o Grupo Escolar	51
Imagem 13 - Importância do Ginásio Estadual Padre Zacarias	53
Imagem 14 - Curso técnico e melhorias no Ginásio Padre Zacarias Tavares	53
Imagem 15 - Indicação de implantação do Ensino Médio	57
Imagem 16 - Ação promovida pelo Rotary beneficiando crianças carentes	59

LISTA DE SIGLAS

BICC	Bolsa de Incentivo à Produção Cultural
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BND	Biblioteca Nacional Digital
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CBHE	Congressos Brasileiros de História da Educação
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNE	Plano Nacional da Educação
Prouni	Programa Universidade para Todos
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PATRIMÔNIO EDUCATIVO: CONCEITO E IMPLICAÇÕES.....	18
2.1	TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	18
2.2	PATRIMÔNIO ESCOLAR E PATRIMÔNIO EDUCATIVO.....	19
2.3	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	23
3	HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CARUARU.....	26
3.1	DOS PRIMÓRDIOS DA CIDADE.....	26
3.2	FIM DA ERA VARGAS E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1940 - 1945)...	28
3.3	PERÍODO POPULISTA E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1945 - 1964).	29
3.4	DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1964 -1985).....	30
3.5	NOVA REPÚBLICA E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1988 - 2020).....	33
4	METODOLOGIA.....	35
5	DADOS E ANÁLISE.....	39
5.1	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO PROFESSOR VICENTE MONTEIRO.....	41
5.2	ESCOLA PAULINA MONTEIRO.....	43
5.3	ESCOLA ESTADUAL IRMÃ SÔNIA	44
5.4	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DOM MIGUEL DE LIMA VALVERDE.....	45
5.5	ESCOLA DOM VITAL.....	46
5.6	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NELSON BARBALHO.....	46
5.7	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSORA ELISETE LOPES DE LIMA PIRES.....	47
5.8	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANTÔNIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.....	48
5.9	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO FELISBERTO DE CARVALHO.....	48
5.10	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO MÁRIO SETTE.....	49
5.11	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ARNALDO ASSUNÇÃO.....	51

5.12	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ADÉLIA LEAL FERREIRA	51
5.13	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PADRE ZACARIAS TAVARES.....	52
5.14	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ROSILDA MACIEL VIEIRA	54
5.15	ESCOLA JOSÉ CARLOS FLORÊNCIO	55
5.16	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO NICANOR SOUTO MAIOR.....	55
5.17	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSOR LISBOA.....	56
5.18	ESCOLA SANTO AMARO.....	56
5.19	ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO MARIA AUXILIADORA LIBERATO.....	57
5.20	ESCOLA PROFESSORA JESUÍNA PEREIRA RÊGO.....	58
5.21	CENTRO DE REABILITAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CARUARU.....	58
5.22	ESCOLA PROFESSOR JOSÉ BIONE DE ARAÚJO.....	60
5.23	ESCOLA ESTADUAL GREGÓRIO BEZERRA.....	60
5.24	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO LYRA.....	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

Conforme retrospectiva realizada por Paolo Nosella e Ester Buffa (2013), a presente pesquisa insere-se no terceiro momento do desenvolvimento de pesquisas nacionais no âmbito da História da Educação. O *primeiro* momento é situado nas décadas de 1950 e 1960, quando as pesquisas historiográficas focavam em trazer à tona o tema educação e sociedade e ampliava-se à medida que o ensino superior se expandia, bem como com a atuação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos Centros Regionais de Pesquisa. O *segundo*, nas décadas de 1970 e 1980, durante os governos militares, já contando com a criação e ampliação dos Programas de Pós-graduação em Educação, no entanto, em decorrência do forte anseio pela redemocratização, quando abordado o tema das instituições escolares, eram apenas pretextos para tratar do contexto histórico. Por fim, o *terceiro* momento inicia-se na década de 1990, ocasião em que, dada a complexidade dos estudos de educação e sociedade, há uma ampliação de objetos de pesquisa mais singulares, em concordância, inclusive, com influências francesas advindas, sobretudo, da terceira geração da Escola dos Annales¹.

Com esses momentos em vista, a discussão acerca do patrimônio educativo aparece não procurando atender a uma demanda exclusiva de uma cidade como Caruaru, nem tampouco do estado de Pernambuco ou até mesmo de uma região do país. Em virtude disso, hoje é possível identificar produções acadêmicas envolvendo a temática em todas as regiões do Brasil, trazendo à tona uma História da Educação mais local/regional, que, como teoriza Ferreira (2020), não se opõe à história global ou a macro história, antes, designa uma delimitação temática marcada por particularidades históricas, culturais e políticas, quase sempre ocultadas por apresentações mais gerais da história. É sabido que falar de patrimônio educativo considera não só aspectos que se relacionam com a escola, tendo em vista que a

¹ École des Annales é um movimento historiográfico francês iniciado em 1929 em torno da revista Annales d'Histoire Economique et Sociale, que procura considerar não somente aspectos da macro-história, mas também atribuir protagonismo aos sujeitos que antes eram ocultados pela narrativa histórica das grandes sínteses (Ferreira, 2021), trazendo à tona, a partir de olhares para a micro-história, particularidades regionais e locais. Seus principais expoentes são, inicialmente, Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel (Le Goff, 1990), na terceira geração do movimento, que se desenvolve fundamentalmente a partir da década de 1970 destacam-se Le Goff, Georges Duby, Marc Ferro e Pierre Nora.

educação ocorre em múltiplos espaços, como nos recorda Brandão (1981), ela acontece

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1981, p. 7).

No entanto, ao investigar o patrimônio educativo das escolas, sobretudo, estaduais, é importante considerar esses espaços como unidades básicas e de realização dos objetivos e metas do sistema educativo (Libâneo, 2008).

Vale mencionar que o marco temporal desta pesquisa é caracterizado pelo período entre o fim do Estado Novo², e a segunda década do século XXI, ocasião em que marcos constitucionais, governamentais e sociais contribuem para a institucionalização da educação e, em consequência disso, com a proliferação de escolas à nível nacional e municipal.

Por tudo o que foi exposto, intitulada *Patrimônio Educativo: Escolas Estaduais de Caruaru (1940 – 2020)*, a presente pesquisa surge a partir do seguinte problema: Em que medida o patrimônio educativo das escolas estaduais em Caruaru - PE reflete esforços políticos e coletivos e por qual razão deve ser preservados?

Na tentativa de contemplar respostas ao questionamento norteador, a pesquisa tem o objetivo geral de identificar o patrimônio educativo das escolas estaduais de Caruaru de 1940 a 2020. Os objetivos específicos são: 1) Investigar a evolução da formação do pensamento patrimonial no Brasil e suas implicações à educação patrimonial; 2) Identificar o processo de aquisição do patrimônio educativo, relacionando aspectos da macro e micro-história; e 3) Mapear e selecionar fontes através de um levantamento histórico das escolas estaduais de Caruaru advindas das décadas entre 1940 a 2020.

As justificativas que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa, são resultantes da nossa inserção no Grupo de Pesquisa Diferença, dentro da linha de pesquisa Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociopolíticos da Educação. Foi antecedida também pela participação na Bolsa de Incentivo à Criação Cultural (BICC), ocasião em que se fez necessária uma pesquisa dentro da temática Patrimônio e

² O Estado Novo (1937-1945) é como fica conhecido o período de maior autoritarismo do presidente Getúlio Vargas.

Memória, considerando as Escolas Estaduais de Caruaru. Em virtude disso, de modo semelhante ao que é pontuado por Souza,

[...] pode-se dizer que foi a prática da pesquisa que lançou os historiadores da educação rumo aos problemas do patrimônio e do interesse pelos “lugares de memória”, na feliz expressão de Pierre Nora. Mas essa, sem dúvida, não foi a única via desse encontro promissor. O impulso para colecionar e preservar [...] faz parte de um sentimento mais amplo que tem perpassado as sociedades contemporâneas, impelindo a práticas compulsivas de memória e preservação (Souza, 2013, p. 205).

Nesse sentido, o caminho percorrido em busca dos vestígios da historiografia educativa de Caruaru, resultante da nossa participação no BICC, revelou a ausência de informações disponíveis acerca das escolas estaduais. Isso vem à tona refletindo um problema ainda pior, a saber: a ausência da preservação do patrimônio educativo, a falta, sequer, da consciência do que ele representa, silenciando um tempo pretérito e sufocando posturas importantes hoje que definem os rumos para o amanhã, os rumos da própria escola. Cabe salientar que

[...] os patrimônios da escola são portadores de significados, emitem sinais, deixam entrever vestígios da circulação das ideias pedagógicas, indicam práticas e preceitos, são, por vezes artefatos comuns, singelos, anônimos que se entrelaçam à história da educação de um lugar. Fazem parte de uma cultura comum da sociedade, **constituem o substrato que identificam as instituições de ensino**. (Gil; Almeida, 2013, p. 124, grifo nosso)

Quantos conseguiriam responder perguntas como: Qual o ano de fundação das escolas em que estudaram? Por que elas foram criadas? Quais os interesses, processos de negociações e agentes envolvidos? Sempre tiveram a denominação que hoje têm? Quem são os homenageados nessas denominações? Qual a relação deles com a cidade, se existe? A escola sempre teve a estrutura e capacidade que hoje tem? Contempla o mesmo nível de ensino que contemplava inicialmente? Foi a escola em que estudou algum dos seus parentes, amigos ou personalidade de destaque? O pouco ou total desconhecimento acerca de tais questões evoca a necessidade de se investigar a respeito do tema.

É importante ser considerado ainda que o professor, independente da matéria que leciona, considere e se interesse também pelos questionamentos concernentes ao patrimônio educativo, pois, em hipótese alguma a matéria que ele ensina o desloca do contexto em que está ou estará inserido. Nesse sentido, ainda que a o êxito em

sua prática pedagógica demande múltiplas competências, o conhecimento do contexto histórico revela-se imprescindível para que o docente atribua sentido e relevância ao próprio processo educativo, articulando a herança do passado às demandas contemporâneas de sala de sala bem como da sociedade como um todo. Quando se fala do ensino de matemática no Brasil, isso é ainda mais relevante, tendo em vista que o ensino de outras matérias se deu, de forma sistemática, em espaços não escolares³ com vistas à alfabetização dos sujeitos envolvidos. Ora para a inserção no contexto religioso; outrora cidadão, acompanhando as demandas por voto; e até mesmo, técnico-profissional, acompanhando a demanda por capital humano⁴, com o processo de industrialização. No entanto, com o ensino da matemática não foi assim.

Como elucida Valente (2005), o ensino da matemática estava, inicialmente no Brasil, restrito à atuação dos militares nas academias militares, ampliando-se somente com a criação de cursos superiores que passaram a demandar uma formação inicial que contemplasse o ensino da Geometria e, posteriormente, da Aritmética, da Álgebra e da Trigonometria, depois denominada unicamente por Matemática. Caracterizando-se assim, o ensino sistemático da matemática, uma matéria escolar.

É válido considerar que o docente estará inserido em um “lugar de fluxo de gerações” (Moreira, 2021, p. 62), uma vez que as instituições escolares tanto evidenciam aspectos da sociedade como também determinam tais aspectos, e isso não pode passar despercebido uma vez que o professor se configura como um importante agente na preservação do patrimônio. Tal aspecto pode ser reafirmado por Paolo Nosella e Ester Buffa (2013), quando, na tentativa de verificar o impacto nos profissionais educadores, provocado pelo conhecimento acerca da instituição, com base nas respostas da entrevista realizada, uma das categorias foi “responsabilidade e comprometimento”. Nessa categoria, eles pontuam ainda uma das respostas, na qual o entrevistado alega que

³ Inclusive em Caruaru, onde além de se mobilizarem com iniciativas educativas próprias, pessoas e entidades cediam espaços para a educação pública, sobretudo pela ausência de prédios públicos (Lira, 2003). Apesar de tal aspecto ter sido fundamental para o desenvolvimento da cidade, vale pontuar que facilitava a desativação e a carência de registro.

⁴ Saviani (2011) ao analisar a concepção produtivista na educação, pontua que ela acompanhou o aprofundamento das relações capitalistas. Nesse sentido, a teoria do capital humano, formulada por Theodore Schultz, defende a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento, bem como a importância de melhores índices de nutrição e saúde, para aumentar a produtividade e lucros, resultando no crescimento da economia. Para o autor, tal teoria adquire força impositiva ao ser incorporada pela legislação na forma dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

[...] o horizonte se expande e não ficamos presos àquela mesmice de sempre; começo a me sentir responsável pelo nome da instituição; um docente motivado rende muito mais que um docente sem motivação [...] cada vez que leio um pouco da história, me sinto mais responsável por esse patrimônio (Nosella; Buffa, 2013, p. 32-35).

É importante tanto para a memória social como para o patrimônio que o professor esteja consciente do seu papel de mediador da educação patrimonial de forma que contemple agentes, práticas, bem como tudo aquilo que resultou no patrimônio, como pontua Arantes (2010, p. 53), a saber, um complexo processo de negociação e conflito, articulações entre o plano local a esferas políticas e sociais mais abrangentes, instituições governamentais e não-governamentais, acadêmicas e administrativas bem como interesses públicos e privados.

Por fim, tem ainda relevância em virtude da carência de trabalhos que considerem explicitamente o patrimônio educativo da cidade. Considerando o Portal de Periódicos da CAPES, buscando em todo o periódico pesquisas que contenham juntamente, em qualquer campo, as palavras “Caruaru”, “patrimônio” e “escola”, não é identificado nenhum registro. Do mesmo modo, no Repositório Digital da UFPE, a ATTENA, não sendo encontrados trabalhos que relacionem esses termos.

2 O PATRIMÔNIO EDUCATIVO: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

Para compreender a relevância das instituições escolares enquanto objetos de preservação, faz-se necessário, inicialmente, delimitar as bases conceituais que sustentam a noção de patrimônio. Este capítulo dedica-se a analisar a evolução histórica e teórica desse conceito, partindo de uma perspectiva geral sobre as políticas de preservação no Brasil até o afunilamento nas especificidades do patrimônio educativo. Ao longo das próximas seções, serão discutidas as tensões entre o material e o imaterial, como também as implicações da educação patrimonial como ferramenta de salvaguarda da memória institucional e social no contexto escolar.

2.1 TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

No Brasil, a temática do patrimônio antecede a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁵, em 1937. Isso pode ser concluído através das palavras do organizador do anteprojeto, o escritor Mário de Andrade que, em matéria do Diário de Pernambuco, em 28 de abril de 1936, afirma que se tratava de uma velha aspiração a ideia de se fazer de forma completa e efetiva a defesa do patrimônio histórico e artístico do país. O estabelecimento do órgão ocasiona, no entanto, uma ampliação da discussão da temática, apesar de não contemplar a mesma amplitude do anteprojeto.

Na análise de Corá (2013), bem como pode ser visto ainda na matéria do Diário de Pernambuco citada acima, a finalidade do SPHAN no projeto elaborado pelo escritor contemplava: determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico. No entanto, divergindo dessa proposta, há considerável restrição evidenciada no art. 46 da Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937 que, dentre outras coisas, cria o SPHAN.

Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional. (BRASIL, 1937, online).

⁵ Atualmente, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Vale ressaltar que quando se tratava de normativas sobre o patrimônio histórico e artístico, desde anteprojeto da criação do SPHAN até a Constituição Cidadã de 1988 ampliar a noção do patrimônio, eram considerados apenas bens materiais. Apresentando as categorias de obras históricas e artísticas que constavam no anteprojeto de Mário de Andrade, na mesma matéria do Diário de Pernambuco mencionada acima, consta que

O projecto que o ministro Capanema vae começar a executar, classifica nas seguintes categorias as obras que deverão pertencer ao patrimonio: 1ª - obras historicas; 2ª- arte archeologica; 3ª- arte amerindia; 4ª- arte popular; 5ª- arte erudita nacional; 6ª- arte erudita estrangeira; 7ª- artes applicadas nacionaes; 8ª- artes applicadas estrangeiras (Diário de Pernambuco, 28/04/1936).

Dessa forma, é possível perceber que apesar de ter considerado aspectos culturais não privilegiados na época, como arte arqueológicas, ameríndia e popular, os bens intangíveis não eram considerados.

Souza (2013) pontua que o privilégio a bens materiais começa a ser alterado no final dos anos 70, quando o SPHAN passa a defender novas concepções de patrimônio. Nessa época, como ressalta Corá (2014), ocorre a substituição da direção do órgão e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ocupou o cargo por 31 anos, é substituído por Renato Soeiro, que fica à frente da organização de 1967 até 1979.

Com a Constituição de 1988, como foi pontuado, alarga-se legalmente a definição de patrimônio, constituindo-se agora, conforme o art. 216, “os bens de natureza material e imaterial, [...] portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Em detrimento dessa ampliação, há a inserção, na política de preservação, aspectos culturais, importantes para a formação da identidade nacional, até então deixados de lado.

2.2 PATRIMÔNIO ESCOLAR E PATRIMÔNIO EDUCATIVO

Com a nova compreensão a respeito do patrimônio, caracterizando-se, como pontua Arantes (2010, p. 53), “como sendo resultante de um complexo processo de negociação e conflito que articula o plano local e esferas políticas e sociais mais abrangentes, instituições governamentais e não governamentais, além de interesses

públicos e privados”, a escola pública passa a incluir-se dentro dessa definição, caracterizando-se como patrimônio.

Moreira (2022) vai além nessa caracterização defendendo que a escola reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade, além de ser o espaço onde se desenvolvem práticas educacionais específicas, onde há interação social, transmissão de tradições, construção de valores e memórias coletivas.

Memória coletiva, que por sua vez, é o objeto de pesquisa de Halbwachs (1990), que afirma não haver memórias coletivas que não se desenvolvam em um espaço em comum. E acrescenta:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. (Halbwachs, 1990, p. 133).

Dessa forma, a escola pública, como um espaço comum a diversos agentes sociais, a saber, alunos, familiares, professores, demais funcionários e comunidade, tanto é definida pela cultura local, como a influência através de sua cultura organizacional, também chamada de cultura da escola que, como aponta Libâneo (2008) diferencia uma escola das outras e, apesar de não ser tão explícita, age como um “currículo oculto”, formando a identidade da escola.

Souza (2013) defende que foi o trato com a materialidade da escola que acabou reivindicando para ela essa atenção mais cuidadosa para o valor histórico e cultural desse patrimônio. E, mesmo que, inicialmente, a atenção tenha se voltado para a parte material, com finalidade, sobretudo, de tombamento, identificação, listagem de objetos e das próprias instituições, Souza (2023), considera ainda que as pesquisas na área não devem se limitar a tais aspectos. A justificativa encontra-se no fato de que a parte material resulta também de um processo complexo de aquisição que Meneses (1994, p. 12) chamará de “apropriação social de natureza física” e, em virtude disso traz à tona toda uma interação social, toda uma cultura que atribui sentido a materialidade e é em si mesma parte do patrimônio quando se trata da escola pública.

Nesse sentido, percebeu-se ao longo das últimas décadas uma ampliação de objetos de pesquisa dentro desse escopo das instituições escolares. Tal ampliação tanto resulta do desenvolvimento de pesquisas nacionais no âmbito da História da

Educação, tendo em vista que ela passa a envolver aspectos da micro-história, como já mencionado, como também da trajetória da discussão acerca do patrimônio no Brasil.

Quanto à construção do objeto, Nosella e Buffa (2013, p. 59) afirma que “depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes”, podendo uma escola “ser vista de várias perspectivas e isso faz da história uma ciência aberta”. Desse modo, foi possível perceber, ao longo das três últimas décadas, um aumento gradual de trabalhos com temáticas que iam além do aspecto material, dialogando com o que veio a intitular-se “patrimônio educativo”.

Ao mencionar a multiplicidade de iniciativas que abordam a temática do patrimônio educativo no Brasil, Souza (2013) conclui que, apesar de na ocasião ter feito um recorte marcadamente regional, ele se mostrava suficiente para atestar a consolidação de tal temática no país. Mas, afinal, o que é patrimônio educativo e como ele vem sendo discutido no Brasil?

Silva (2020, p. 206), na obra *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*, descreve patrimônio educativo como sendo “um conjunto complexo de bens/artefatos materiais e/ou imateriais resultantes e/ou produzidos em contextos educacionais formais e/ou não formais situados temporal e espacialmente”. Em outras palavras e utilizando-se de exemplos,

[...] diários de professoras, cartilhas, livros didáticos, material escolar, arquitetura do prédio escolar, bibliotecas, exercícios, provas, convites de formatura, hinos da escola, livros de ocorrência, memórias de alunos, professores e funcionários de escola, periódicos escolares e estudantis, escritas epistolares, fotografias, mobiliário, uniformes... fornecem a quem pesquisa indícios de práticas escolares, que permitem inferir acerca dos métodos de ensino, da disciplina, do currículo, dos saberes escolares, da formação de professores, enfim, revelam um pouco da história das instituições educativas, bem como de seus entrelaçamentos com a história da cidade, do país, em um sentido mais amplo (Gil; Almeida, 2013, p. 126-127).

É possível perceber as fontes da pesquisa constituindo-se como o próprio patrimônio. A utilização de tais fontes, no entanto, depende dos objetivos específicos da pesquisa, que resulta no privilégio de umas em detrimento de outras. Esse privilégio, Nosella e Buffa (2013) afirma determinar o tipo de história a ser feita: história

da legislação no que tange à escola, história da origem social, história do destino profissional dos alunos, história do currículo adotado, entre outros tipos.

Cabe destacar que ao discorrer sobre incursões do patrimônio educativo nos anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE) no período de 2011 até 2019, Souza (2023) justifica que tal período concerne à inserção do termo “patrimônio educativo” nos eixos temáticos de tais congressos. Ela constata também que a opção por tal terminologia, patrimônio educativo, abria espaço para um patrimônio material e imaterial, tangível e intangível e que extrapola os limites da escola, diferentemente do que assinala sobre o “patrimônio escolar” (2013), por exemplo, uma vez que este era restritivo e excluía processos, práticas e materialidades educativas para além da escola. Ainda assim, a mesma autora por ora utiliza “patrimônio educativo” e “patrimônio escolar” como termos, por vezes, intercambiáveis, trazendo à tona não uma oposição entre eles, evidentemente, mas uma ampliação naquilo que contemplam.

Vale ressaltar que a defesa pelo reconhecimento das instituições escolares como patrimônio cultural, que contempla aspectos materiais e imateriais não advém de uma postura de resistência a toda e qualquer crítica contra elas, numa tentativa de valorizar e legitimar os seus descompassos. Antes, entende-se que é através da compreensão do seu valor histórico-social que haverá impacto para melhoria de tais instituições, uma vez que a escola pública se encaminhará para ser reconhecida, como já reconhece Moreira (2022, p. 62), como uma instituição que “vai além de ser apenas um espaço de aprendizado, podendo ser concebida como um patrimônio [...] que reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade”.

Isso é confirmado por Nosella e Buffa (2013) ao tentar responder à pergunta *por que pesquisar instituições escolares?* tendo sido categorizados por eles seis tipos de impacto, a saber: emocional-afetivo, responsabilidade e comprometimento, conhecimento, prática pedagógica, preservação da memória e relacionamento da escola com o público. Em todas essas categorias, vale destaque, é possível perceber o acréscimo do envolvimento dos participantes da entrevista, advindo do conhecimento acerca de aspectos históricos da instituição levantados pelos pesquisadores.

2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Trazer à tona a noção de patrimônio para as instituições escolares pressupõe, como defende Souza (2013) a guarda de algo herdado. Infelizmente, o que comumente é percebido é que o não envolvimento no processo complexo de conquista e de melhorias do patrimônio, sobretudo quando se trata de bens públicos, por vezes dificulta a valorização da escola.

Nesse sentido, evocar o conhecimento acerca da escola como patrimônio e do patrimônio educativo, das contribuições feitas por pessoas dos mais diversos setores da sociedade, de diversas classes sociais, inclusive, evidencia a oportunidade de contribuições e envolvimento no tempo presente.

Na tentativa de responder qual o sentido das práticas de salvaguarda do patrimônio, Souza (2023), a partir da análise feita nos anais do CBHE, afirma perceber que os pesquisadores as têm utilizado, sobretudo, para a realização de suas pesquisas, o que não deixa de ser importante uma vez que estimula novos debates. Mas é preciso ir além e a autora segue apontando que as práticas de salvaguarda têm resultado também em espaços de memórias escolares e educativas, além do compartilhamento virtual do que se é levantado, ampliando a possibilidade de conhecimento a respeito dos bens.

Vale destacar que é importante suscitar a consciência da necessidade de cuidados com os vestígios materiais do passado que, como pontua Silva (2020 p. 207-208), “frequentemente, quando encontrados, estão em situação crítica de estado de conservação, o que indica que nem toda herança do passado possui o mesmo valor e a mesma relevância atribuídos socialmente”.

No entanto, é preciso, conforme Gil e Almeida (2013, p. 128) ao referir-se a tais vestígios, “desnaturalizá-los, questioná-los, deles têm que emergir perguntas, a partir de um estranhamento”. Prosseguindo, elas ainda pontuam alguns desses questionamentos: “de que época é? Como foi conservado? Pertenceu a quem? Quem o guardou e por quê? De que material é feito? Todos poderiam ter acesso? Que discursos atravessam esse documento?”.

A resposta a essas e outras perguntas precedem o que configura educação patrimonial, que o Guia Básico da Educação Patrimonial (1999, p. 4) afirma ser “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio

Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Além disso, o Guia segue evidenciando que o objetivo da educação patrimonial é

[...]levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Em outras palavras, Monteiro (2008), na obra *Contribuições à prática pedagógica para a educação patrimonial* teoriza ser o primeiro objetivo da educação patrimonial despertar a sensibilidade da comunidade escolar sobre a importância de valorizar e entender os sinais e registros do passado, com a finalidade de que estes se constituam pontos de relação e constituição de identidade e pertencimento.

Nesse sentido, a escola deve ser também um local em que, depois de analisadas, suas fontes passem a comunicar in loco seus significados. Em concordância, Gil e Almeida (2013) pontuam que o professor de história pode aproveitar a ligação de sua disciplina e os patrimônios locais, considerando temáticas do currículo que podem ser estudadas a partir das fontes produzidas pela instituição escolar.

Chaves e Cavalcante (2020), ampliam a discussão questionando como as escolas, de modo geral, têm, efetivamente, se apropriado dos estudos sobre patrimônio nos currículos pedagógicos e, ainda, quais as práticas estão sendo adotadas em sala de aula para promoção do debate a respeito do tema, defendendo ser a tal promoção um desafio não somente para a disciplina de História.

Em virtude disso, vale evidenciar um outro desafio, a saber: a formação dos professores. Esse é, segundo Monteiro (2008 *apud* Teixeira, 2008), um dos pontos principais de preocupação, tendo em vista que para uma atuação docente exitosa não basta saber apenas aplicar técnicas referentes à área de ensino, antes, é essencial que se compreenda os fundamentos educacionais, culturais e sociais envolvidos no processo de ensino.

Outro espaço escolar importante para que se desenvolva a educação patrimonial é a biblioteca. A esse respeito, Chaves e Cavalcante (2020) esclarecem que o bibliotecário é um dos profissionais que pode protagonizar tais atividades de

educação patrimonial, uma vez que está no âmago de sua práxis a mediação da informação, da leitura e da cultura.

Vale ressaltar que hoje cabe ser considerados meios digitais na propagação do conhecimento acerca do patrimônio educativo, em virtude de possibilitarem uma disseminação maior, mais rápida e menos custosa, podendo, inclusive, por meio de projetos, envolver os alunos, extensionistas e comunidade, tanto no processo de pesquisa como de divulgação.

Nota-se, portanto, que por mais que tal educação se desenvolva também na escola, ela não descarta a atuação de outros agentes e profissionais, evidenciando a necessidade de estabelecer ações de mediação colaborativa. Além disso, é possível perceber também uma educação patrimonial não mais restrita aos museus e centros culturais, reservada às eventualidades, mas, de fato, uma prática possível e que deve ser explorada de forma permanente e sistemática.

3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CARUARU

3.1 DOS PRIMÓRDIOS DA CIDADE

Caruaru, conhecida carinhosamente como a Princesa do Agreste, é hoje uma cidade no interior de Pernambuco advinda da doação do governo da então Capitania de Pernambuco de uma sesmaria à família Rodrigues de Sá, com carta de doação datada em 02 de junho de 1681, conforme Ferreira (2021).

Ainda com o auxílio do autor, pode-se entender que a posse das terras, considerada pela historiografia como sendo a fundação da Fazenda, é feita, mais especificamente, à margem do Ipojuca, onde atualmente é considerado o marco zero da cidade. Nesse contexto geográfico, sobretudo com a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, pouco mais de cem anos depois da concessão, a fazenda passa a ser um ponto de convergência, que logo transforma-se em oportunidades de comércio e ocasiona na vinda de outros moradores, inclusive de um professor público de primeiras letras, João Izidro Gonçalves da Cruz

Tudo isso coopera com o crescimento da fazenda a ponto de tornar-se Vila em agosto de 1848, adquirindo o direito de eleger os próprios vereadores e alcançando assim autonomia civil, além de judiciária e religiosa, uma vez que a Comarca de Bonito é transferida para Caruaru, ocasião em que também é criada a Paróquia de Nossa Senhora das Dores.

Imagem 1 - Localização de Caruaru no mapa de Pernambuco



Fonte: Fecomércio Senac, 2023.

Nove anos mais tarde, em 1857, é elevada à categoria de cidade, a primeira não só do Agreste, mas de todo o interior da Província de Pernambuco. Tal fato, apesar de importante, não acarreta mudanças no que diz respeito à administração, cabendo à Câmara ainda o exercício do poder executivo, cenário que muda somente com a Proclamação da República.

Sem muito detalhamento à respeito da educação pública da cidade na época, pode-se concluir que a sua oferta se deu de forma tímida, tendo em vista que em tabela de gastos previstos para a instrução municipal no ano de 1902, é possível observar a consideração de apenas três cadeiras de professores para a cidade: uma para o sexo masculino, outra para o feminino e mais uma para o ensino infantil.

Imagem 2 - Despesas previstas para a instrução pública no ano de 1902.

INSTRUÇÃO PUBLICA	
Uma cadeira do sexo masculino da cidade; ordenado 900\$000 e gratificação 300\$000	
Uma dita do sexo feminino (cidade) ordenado 900\$000 e gratificação 300\$000	
Uma dita, ensino infantil (cidade) ordenado 400\$000 e gratificação 200\$000	
Uma dita mixta no povoado Malhada de pe lra ordenado 400\$000 e gratificação 200\$000	
Uma dita no povoado Gonçalves Ferreira, ordenado 400\$000 e gratificação 200\$000	
Uma dita no povoado Antonio Olyntho, ordenado 400\$000 e gratificação 200\$000	
Uma dita no povoado Riacho Doce, ordenado 400\$000 e gratificação 200\$000	

Fonte: Jornal do Recife, 17 de dezembro de 1901.

Determinada situação, vale ressaltar, não era um caso à parte da realidade brasileira como um todo, tendo em vista que a Constituição de 1824, sendo a de mais longa vigência como pontua Vieira (2007), apesar de ter sido precedida por um intenso debate fomentado pela Comissão de Instrução Pública, não resultou em normativas substanciais para o regimento da educação no país. Além disso, a Constituição seguinte, de 1891, mesmo fazendo mais menção de como a educação deveria ocorrer no país, ainda conforme a autora, não chega a ser pródiga. Sendo assim, tais constituições não só refletem o contexto em que são concebidas como também fomentam a lentidão quanto ao processo educativo no país, sobretudo em termos de institucionalização. Vieira (2007, p. 296) salienta ainda que somente a partir da

Constituição de 1934 sendo ela “a primeira a dedicar espaço significativo à educação com 17 artigos, 11 dos quais em capítulo específico sobre o tema”.

3. 2 FIM DA ERA VARGAS E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1940 - 1945)

Em 1940, já depois da mudança que vinha acontecendo do modelo econômico agrário exportador pela industrialização, já depois da reforma educacional de Francisco Campos, e sob a quarta Constituição, de 1937, tendo essa sido fomentada no período centralizador e autoritário da Era Vargas, conhecido como Estado Novo, à nível nacional, a educação se transformou num instrumento tanto de legitimação de poder, como de subsídio para o desenvolvimentismo.

A esse respeito, Pereira (2020) discorre que a educação necessitava se popularizar e atingir um maior contingente populacional, diferentemente do que aconteceu no longo período da economia predominantemente agrária, em que a educação era privilégio absoluto da elite dominante. Nesse sentido, o crescente processo de industrialização passava a exigir uma formação mínima daqueles que concorreriam ao mercado de trabalho, pois, em sua maioria eram trabalhadores rurais e analfabetos. Assim, a criação do próprio Ministério da Educação e Saúde, como pontua Medeiros (2020), tinha basicamente o propósito de criar trabalhadores para a indústria.

Além disso, no período do Estado Novo houve uma grande investida propagandista para legitimação da ditadura varguista. Tal aspecto pode ser percebido com a criação e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que atuava nos meios de comunicação, bem como fornecendo material para as escolas para fomentar a opinião pública.

Sobre isso, Medeiros (2020) pontua

A cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942, por sua vez, tem 112 páginas e 52 ilustrações, e foi produzida por Adolfo Eizen, considerado um dos maiores escritores de história em quadrinhos do Brasil naquele tempo. A obra foi adotada por todas as escolas do país, sendo um recorde de produção e de vendas. O livro criava representações do presidente e narrações acerca de sua vida, criando-lhe uma imagem positiva e com vários atributos (Medeiros, 2020, p. 850).

A tentativa de gerar uma imagem positiva fazia do dia em que se comemorava aniversário do presidente um dia separado para inaugurações de criações e melhorias

atribuídas a ele, separado também para homenagens à nível nacional, inclusive em Caruaru.

Imagem 3 - Homenagens à Getúlio Vargas.



Fonte: Diário de Pernambuco, 19/04/1944.

A imagem acima acompanha a matéria noticiando inaugurações e homenagens a serem prestadas naquele dia, em função do aniversário de Getúlio, dia em que foi estabelecido também como Dia da Juventude, sendo o presidente “o grande amigo da juventude”. Na ocasião, em Caruaru, foram fundados jornais escolares no Grupo Escolar Joaquim Nabuco, que circularam em edições especiais extraordinárias

3. 3 PERÍODO POPULISTA E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1945 - 1964)

No período posterior ao Estado Novo, com a deposição do presidente Getúlio Vargas, teve início a chamada República Populista, uma fase advinda da emergência das classes populares urbanas em que os governantes, como salienta Saviani (2011), incitavam à mobilização das massas, de cujo apoio os dirigentes políticos dependiam para obter êxito no processo eleitoral. Vale ressaltar, no entanto, que o direito ao voto permanecia condicionado à alfabetização, fato que se alterou somente na Constituição Cidadã de 1988.

À nível nacional, a educação é influenciada por novas normativas, tendo em vista que a Constituição de 1946 contempla, como destaca Saviani:

[...] elementos que integraram o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da Educação Nova, sendo que alguns deles já haviam figurado na Constituição de 1934: a exigência de concurso de títulos e provas para o exercício do magistério (artigo 168, inciso VI); a descentralização do ensino (artigos 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados e Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único); a vinculação orçamentária de um percentual dos impostos destinados à educação na base de pelo menos 20% dos estados, Distrito Federal e municípios e 10% da União (artigo 169); a assistência aos alunos necessitados tendo em vista a eficiência escolar (artigo 172); a criação de institutos de pesquisa junto às instituições de ensino superior (artigo 174, parágrafo único); a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 5º, inciso XV, alínea d) (Brasil, 1946 apud Saviani, 2011, p. 281).

A Lei de Diretrizes e Bases, vale destaque, foi forjada por uma comissão que integrava 16 membros, dos quais, apenas dois representavam a corrente conservadora, sendo os demais representantes de tendências pedagógicas renovadoras, colocadas em evidência no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Além disso, vale pontuar o fortalecimento do ensino técnico-profissional, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com a vinda de indústrias multinacionais para o Brasil. Para o presidente, Pasinato (2013) discorre, não só o ensino secundário deveria cuidar da profissionalização, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho, o que coloca, ele acrescenta, a escola pública nos desígnios direto do mercado de trabalho.

3. 4 DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1964 - 1985)

O período militar põe o Brasil diante de mais um período ditatorial, ocasionado, dessa vez, pela tentativa de assegurar a continuidade da ordem socioeconômica, que, no entanto, se mostrou, como aponta Saviani (2008, p. 294) uma “mudança política radical, [...] controlando com mão de ferro [...] o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas”.

Na tentativa de observar a política educacional e realizações desse período, o autor destaca ainda a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; favorecimento da privatização do ensino; implantação de uma estrutura

organizacional⁶ que se consolidou, sendo esta e a institucionalização da pós-graduação⁷.

É importante salientar os acordos realizados entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional conhecidos como Acordos MEC-USAID, resultantes da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no campo do ensino. Tais acordos resultaram na colaboração financeira, bem como com o planejamento e execução orçamentária da educação no Brasil no período do regime militar.

Imagem 4 - Primeira parcela da doação da USAID para Pernambuco.



Fonte: Diário de Pernambuco, 21/04/1965.

Em Pernambuco, tais acordos resultaram em melhorias inclusive para a educação de Caruaru. A imagem acima noticiava o recebimento da primeira parcela do acordo realizado entre a USAID e o governo de Pernambuco. Perfazendo um total de oito bilhões de cruzeiros, a quantia colocada à disposição da Secretaria de Educação serviria, segundo a mesma matéria, para construir e equipar aproximadamente 660 salas de aula para ampliação da rede escolar, em locais onde houvesse pelo menos 100 crianças em idade escolar não atendidas; restaurar, ampliar e equipar escolas do interior, escolas normais, centros de treinamento; construir Núcleos de Supervisão e Currículo; equipar a própria Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento Técnico de Educação Primária; equipar, aproximadamente,

⁶ Saviani (2008) explica que a nova estrutura organizacional do ensino superior altera a atuação dos departamentos. Antes, os departamentos eram compostos pelos professores que lecionavam no curso que identificava tais departamentos e, caso o mesmo professor ministrasse aula em outros cursos, poderia fazer parte também de outros departamentos. Na reforma de 1968, essa estrutura é alterada passando a existir um colegiado, coordenação de curso, que organizava os objetivos de seus cursos e os currículos dos mesmos, solicitando professores aos departamentos, que passaram a reunir especialistas de uma mesma área do conhecimento. Passou a existir também a possibilidade de, numa mesma disciplina, matricular-se alunos de cursos diferentes, otimizando, por um lado, custos e tempo, e, por outro lado, levando os professores a contar com turmas heterogêneas e com maiores quantidades de alunos. Por fim, alterou-se também o tempo de duração das disciplinas de anual para semestral.

⁷ Vale lembrar que a institucionalização demarca o segundo momento dos estudos históricos da educação, conforme Nosella e Buffa (2013), que tanto acentua a escolarização da produção, associando a pesquisa ao ensino, como evidencia uma criticidade que faz o tema das instituições escolares ser "se não ausentes, [...] um pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral".

500 cantinas e dez unidades de saúde médico-dentárias em escolas primárias para assistir às crianças.

Com a tomada do poder pelos militares, discorreu Pasinato (2013), o Plano Nacional de Alfabetização, inspirado no trabalho de alfabetização freiriano, que havia sido proposto pelo presidente João Goulart, em janeiro de 1964, foi extinto. Aparece, no entanto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que, é apontado por Santos (2014, p. 308) como sendo “uma das maiores campanhas de alfabetização brasileira, com números até então nunca atingidos”, contemplando jovens e adultos que estavam à margem do mercado de trabalho diante do modelo industrial-urbano e da necessidade de sustentar o “milagre econômico”.

Imagem 5 - Instalação do MOBRAL em Caruaru



Fonte: Diário de Pernambuco, 08/01/1974.

Como pode ser visto, Caruaru não ficou aquém dessa realidade, o movimento interiorizou-se apesar de certa resistência do governador Paulo Guerra que via a necessidade de mais urgência na alfabetização infantil, visto que havia um déficit educacional elevado em alguns estados de Pernambuco já quando considerados crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.

Por fim, as duas décadas do governo militar, mesmo com tantos problemas, inicialmente mencionados, ampliam significativamente o alcance educacional em

Caruaru, tanto em virtude das aquisições patrimoniais materiais como pela busca por resultados.

3. 5 NOVA REPÚBLICA E EDUCAÇÃO EM CARUARU (1985 - 2020)

Com os excessos cometidos pela ditadura civil-militar, “a partir de 1978, os movimentos populares surgidos de diversos segmentos da sociedade civil cada vez mais exigiam a abertura política e o retorno ao estado de legalidade” (Aranha, 2006, p. 519). Em 1984, tais movimentos culminaram em um apelo em massa por eleições diretas, resultando na eleição indireta do primeiro presidente civil depois de João Goulart, a saber, Tancredo Neves. Vindo este a falecer antes mesmo de assumir, seu vice, José Sarney, assume, pondo fim ao governo ditatorial militar e mantendo “o compromisso de revogar a legislação autoritária por meio de várias medidas, entre elas a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de dar ao país uma nova Carta Magna” (Vieira, 2007, p. 303).

Para Kalinke (2024) a Nova República é justamente o período compreendido entre o término do governo militar até os dias atuais. Ele é marcado por uma herança pesada (Aranha, 2006), um oneroso legado (Saviani, 2008) política e economicamente, e, em decorrência dessas, educacional.

Em pesquisa que analisa o perfil dos ministros da educação do país no período de 1985 a 2022, compreendendo que são esses agentes que definem e direcionam as políticas educacionais, Kalinke (2024) evidencia uma grande rotatividade dos ocupantes do cargo, a ponto de apenas quatro dos vinte e quatro ministros durarem mais de dois anos. A autora analisa ainda, que quando eliminados os quatro pontos estatisticamente fora da curva, a saber, os dois mandatos de maior e os dois mandatos de menor duração, o tempo médio de ocupação no cargo é de um ano e um mês. Dessa forma, com cada governante indicando novos rumos para as políticas educacionais, tem-se algo mais disruptivo, distinto do que vinha acontecendo com os períodos anteriores à Nova República, uma vez que foram lideradas por um ou mais sujeitos com linhas de pensamentos semelhantes.

Há, no entanto, algo em comum a todos os governos desse período, uma vez que giram em torno do modelo de sociedade capitalista e que “visam configurar e rearranjar o modelo de sociedade a uma pedagogia de hegemonia e de consenso em torno do ideário neoliberal de homem” (Jacomeli, 2011, p. 120). Nesse sentido, é

possível observar o favorecimento pelas privatizações tanto no ensino básico, como no ensino superior.

É possível ainda destacar iniciativas importantes para a educação à nível nacional e que permaneceram como o Plano Nacional da Educação (PNE); sistemas de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); o Programa Universidade para Todos (Prouni); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); Sistema de Seleção Unificada Sisu; e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Todas essas iniciativas influenciam e moldam a dinâmica das instituições de ensino, não estando as escolas estaduais de Caruaru à parte.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que essas

[...]conservam a forma literal dos dados. O pesquisador decide prender-se as nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e nas relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável (Laville; Dionne, 1999, p. 227).

Dessa forma, foi buscado identificar as relações de sentido sem recorrer à mensuração dos dados. Classifica-se, quanto aos objetivos, como sendo uma pesquisa exploratória tendo em vista que visa, como pontua Gil (2002), proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. O autor acrescenta ainda, que tal classificação é muito útil para o estabelecimento do marco teórico, para a aproximação conceitual, estando este trabalho fundamentado nas pesquisas de Paolo Nosella e Ester Buffa (2013), sobretudo em sua obra *Instituições Escolares Porque e Como Pesquisar*. Além disso, utiliza-se ainda de uma vasta quantidade de artigos e livros que abordaram a temática do patrimônio, como também relacionam os períodos republicanos determinados pela delimitação do tempo com a educação.

Para tal aproximação conceitual e demais levantamentos necessários à identificação do patrimônio educativo de Caruaru no tempo delimitado, a pesquisa classifica-se, com base nos procedimentos para coleta de dados, como documental, uma vez que foram utilizados artigos, jornais em formato digital, disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BND) e publicações dos Diários Oficiais de Pernambuco, disponíveis no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Vale ressaltar a proximidade de ambas as fontes, uma vez que

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico [...] (Gil, 2002, p. 45)

No que diz respeito ao percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, foi, inicialmente, considerado as leituras que orientavam a pesquisa,

entendendo a partir de Nosella e Buffa (2013), quando tratam de como pesquisar as instituições escolares, a postura que deveria ser assumida pelo pesquisador se portando na investigação como um caçador que sabe existir caça naquele lugar e a procura não sabendo onde, quando e o que vai encontrar. Além disso, entendendo também que poderiam ser considerados alguns aspectos das instituições escolares como a criação e implantação, evolução, cultura escolar e trajetórias de ex-alunos.

Com base nessas orientações, procurou-se fazer um levantamento das escolas estaduais de Caruaru, sendo encontrada uma lista das escolas através da Gerência Regional do Agreste (GRE), organização que coordena e monitora as instituições escolas da rede estadual de Pernambuco na região agreste. O levantamento realizado por Lira (2003) mostrou-se ainda de grande relevância como ponto de partida, uma vez situava a respeito de algumas denominações divergentes das que se tem atualmente, como também de datas prováveis de origem. A partir das informações que ela trouxe, deu-se início a utilização da Hemeroteca Digital Brasileira que é o portal de periódicos nacionais, disponibilizados pela Fundação Biblioteca Nacional, que por sua vez, é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País, como está definido na Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional (2020).

A consulta ao amplo acervo da hemeroteca é feita através de palavras-chave, considerando três filtros, a saber: *periódicos*, que totalizam 8.290 dentre jornais, revistas e outros documentos; *períodos*, separados em décadas de 1740 até 2024; e *local*, contemplando estados brasileiros e alguns outros países. Inicialmente, a pesquisa era feita considerando o Diário de Pernambuco, por ser ele, como trás, inclusive, em sua capa, o “jornal mais antigo em circulação na América Latina”.

Utilizava-se combinações variadas de descritores que identificavam as escolas hoje e, à medida que iam sendo encontradas menções, outras palavras-chaves iam surgindo, de maneira que as pesquisas posteriores foram se tornando mais exitosas, no que diz respeito ao encontro de informações desejadas. Vale mencionar, que foi preciso adaptar-se a uma escrita um tanto diferente: ortografia diferentes, termos em desuso ou simplesmente não mais privilegiados para se referir a algo.

Ficou claro que, fazendo mais uma vez menção de Nosella e Buffa (2013),

Ao proceder a análise dos documentos, realizando sucessivas leituras, o pesquisador aos poucos identifica núcleos conceituais, palavras recorrentes

que lhe permitem elaborar categorias catalisadoras e organizadoras das informações. (Nosella; Buffa, 2013, p.67)

Pode-se imaginar que tais sucessivas buscas e leituras não é algo possível de ser feito em um curto espaço de tempo. Nesse caso, foi preciso adotar estratégias de forma que mesmo considerando uma quantidade maior de periódicos, ao passar a utilizar o local como filtro, totalizando 351 periódicos, foram usadas combinações de palavras-chave cada vez mais específicas, ora pelo acréscimo de palavras em um mesmo comando, tendo em vista que são identificadas as vezes em que os termos aparecem numa mesma página, ora pelo uso de hiponímia, com a utilização de palavras com significado mais estrito.

De modo semelhante, ocorreu com a utilização do acervo digital da CEPE, sendo necessário ainda outra adaptação, tendo em vista que se tratava de buscas nos Diários Oficiais de Pernambuco, possuindo eles uma linguagem mais formal e técnica e contemplando aspectos distintos, ainda que em se tratando de eventos próximos. Por exemplo, nele é mais comum aparecer termos como: “cria”, “denomina”, “eleva” e “transforma”, em alterações dessas naturezas na instituição.

Na busca por informações que se referem à origem da instituição, o Diário oficial traz, normalmente, o termo “cria”, nem sempre junto ao termo “escola”, apresentando, inclusive, uma grande variação de termos que o acompanha, a saber: “Colégio”, “Grupo Escolar”, “Escolas Reunidas”, “Escola Isolada”, “Ginásio”, ou ainda abreviações, “GE”, “Es. Rs.”, “E. I.”.

Foi percebido que, não encontrando os decretos que levaram a criação da instituição, é possível que, originalmente, ela não contemplasse a mesma denominação, o que trouxe à tona ainda outra palavra-chave importante: “denomina”. Ela é mencionada em decretos que apresentam não só como a instituição passa a se chamar, mas também como se chamava antes, dando novos indícios a respeito de sua criação.

Nas denominações, por vezes, é possível encontrar, inclusive, “justificativa” para a homenagem feita, quando é o caso, fornecendo informações sobre a pessoa homenageada. Além disso, algumas denominações foram feitas em contexto de elevação de grau de ensino, tornando a palavra “eleva” importante para perceber mudanças realizadas na escola.

Vale mencionar que mesmo as portarias aparecendo em número considerável, muitas apontaram para personalidades relevantes na história da escola, diretores e professores, que foram designados para atuarem na instituição e que somaram esforços para seu desenvolvimento.

Por fim, o movimento de pesquisa nos acervos digitais considerados deu subsídios mútuos para a organização e compreensão de como ocorreu a escolarização estadual em Caruaru e em que consiste o patrimônio educativo da cidade de Caruaru como um bem a ser preservado.

5 DADOS E ANÁLISE

O levantamento inicial das escolas estaduais de Caruaru considerou, como mencionado, a lista de escolas administradas pela Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte, órgão responsável pelas escolas estaduais de Caruaru e mais quinze cidades da região, conforme o decreto nº 42.129, de 15 de setembro de 2015, como também a dissertação de Lira (2003), que contemplava escolas em atividade e outras que já não existem.

Em Caruaru, as escolas estaduais contempladas nesta pesquisa estão dispostas conforme são identificadas hoje e com suas respectivas datas de origem, quando identificado, no seguinte quadro:

Quadro 1 - Relação das escolas estaduais pesquisadas

Escola de Referência em Ensino Professor Vicente Monteiro	1945
Escola Paulina Monteiro	1950
Escola Estadual Irmã Sônia	1953
Escola de Referência em Ensino Médio Dom Miguel de Lima Valverde	1956
Escola Dom Vital	—
Escola Técnica Estadual Nelson Barbalho	1960
Escola de Referência em Ensino Médio Professora Elisete Lopes de Lima Pires	—
Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Antônia Cavalcanti de Albuquerque	1963
Escola de Referência em Ensino Médio Felisberto de Carvalho	—

Escola de Referência em Ensino Médio Mário Sette	1963
Escola de Referência em Ensino Médio Arnaldo Assunção	1967
Escola de Referência em Ensino Médio Adélia Leal Ferreira	1967
Escola de Referência em Ensino Médio Padre Zacarias Tavares	1969
Escola de Referência em Ensino Fundamental Professora Rosilda Maciel Vieira	1971
Escola José Carlos Florêncio	1971
Escola de Referência em Ensino Médio Nicanor Souto Maior	1971
Escola de Referência em Ensino Médio Professor Lisboa	1980
Escola Santo Amaro	1985
Escola de Referência em Ensino Médio Maria Auxiliadora Liberato	1985
Escola Professora Jesuína Pereira Rêgo	—
Centro de Reabilitação e Educação Especial em Caruaru	1991
Escola Professor José Bione de Araújo	1971
Escola Estadual Gregório Bezerra	2012

Escola Técnica Estadual Fernando Lyra	2017
---------------------------------------	------

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A respeito dessas instituições escolares, serão apresentadas informações conforme houve identificação, quando consideradas as fontes utilizadas, e conforme possível ordem de criação. Procurou-se ainda estabelecer alguns nexos, evidenciando a significância para a aquisição do patrimônio, bem como da memória coletiva fomentada.

5. 1 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO PROFESSOR VICENTE MONTEIRO

Imagem 6 - Inauguração do Grupo Escolar Professor Vicente da Silva Monteiro



Fonte: @caruarudopassado, 1944

A apresentação das instituições escolares inicia-se pela mais antiga dentre as que foram pesquisadas, que foi denominada, inicialmente, pelo interventor federal do Estado, Grupo Escolar Professor Vicente da Silva Monteiro, conforme consta no Diário da Manhã 23 de junho de 1944. O professor homenageado na denominação foi uma das figuras mais respeitadas de Caruaru, a seu respeito, o Diário de Pernambuco aponta que

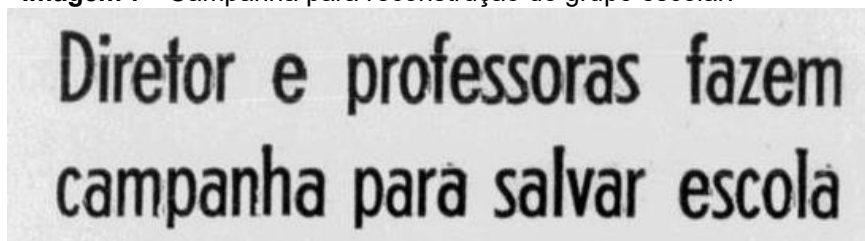
A sua existência foi toda dedicada ao magistério primário, entre nós, ensinando diversas gerações de jovens dos quais, hoje, temos nomes de valor no setor da política, da medicina, das letras, do comércio, do direito, no Brasil. [...] O professor Vicente Monteiro foi o primeiro presidente da Banda Musical Comercial, desta cidade, e o primeiro plantador de palma forrageira, neste município. (Diário de

Pernambuco, 1972)

O Lidador, um outro jornal da época, em 17 de março de 1945, traz ainda uma fala de Gercino Pontes sobre uma série de melhorias e construções que o governo estadual vinha realizando, na qual o grupo escolar estava inserido e, na ocasião, ele pontua a importância do Plano de Obras Novas de 1944/1945, que havia superado todos os planos anteriores, evidenciando uma era construtiva pela qual o estado estava iniciando, alcançando Caruaru.

Com mais de oito décadas de existência, a instituição passou por modificações e melhorias resultantes de esforços vários, visando atender às demandas dos estudantes e, por extensão, da população caruaruense.

Imagem 7 - Campanha para reconstrução do grupo escolar.



Fonte: Diário de Pernambuco, 04/05/1972.

Dentre os esforços mencionados vale destaque a ocasião mencionada na imagem acima, em que as professoras, dirigentes e as filhas do próprio professor Vicente Monteiro empenharam-se em campanhas comunitárias para angariar fundos para a reconstrução da estrutura do grupo escolar. A matéria relata que a situação era precária “se encontra em deplorável estado de conservação, com as paredes corroídas pela salina, o telhado quase totalmente danificado, as vidraças das janelas destruídas, faltando grande número de bancas escolares e birôs para as mestras” (Diário de Pernambuco, 1972, p. 10).

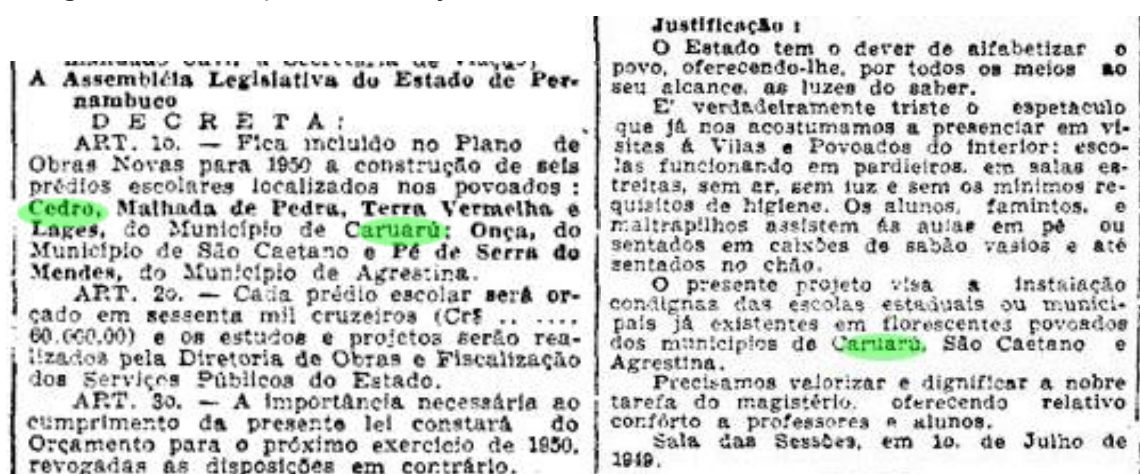
A estratégia adotada, e bem recebida pelas classes produtoras da cidade, foi visitar o comércio e a indústria com o “livro de ouro”, que apesar de não dar mais detalhes a seu respeito, possivelmente continha a história da escola para cativar os possíveis contribuintes com a apresentação da relevância da instituição. Além disso, as filhas do professor Vicente Monteiro idealizaram a Campanha do Ex-Aluno, por meio da qual cartas foram enviadas para várias regiões do Brasil aos ex-alunos resultando também em contribuições e ainda, foi confeccionado também quatro

bonecas de pano representando um casal de noivos e duas damas de honra para serem rifadas, com bilhetes quase esgotados na data em que a matéria foi publicada.

Elevada à categoria de Ensino de 1º e 2º graus em 1981, passando a denominar-se Escola Professor Vicente Monteiro e, por último, em 2018, foi transformada em Escola de Referência em Ensino Médio Professor Vicente Monteiro, passando a oferecer jornada integral, conforme decreto estadual nº 45.544.

5.2 ESCOLA PAULINA MONTEIRO

Imagem 8 - Decreto para a construção da Escola Paulina Monteiro



Fonte: Diário Oficial do Poder Legislativo de Pernambuco, 26/08/1949.

O Plano de Obras Nova, dessa vez para 1950, continuava alcançando Caruaru, decretando em 1949 a construção de um prédio escolar para o povoado do cedro, que teve sua construção concluída em maio de 1950, conforme matéria do Diário de Pernambuco publicada no dia 24 de maio de 1950. A escola era conhecida, inicialmente, por Escola Típica Rural do Cedro, por estar situada no então povoado do Cedro em Caruaru, mas apresentou variações outras na denominação como Escola Mínima Paulina Monteiro, Escola Reunidas Paulina Monteiro, Escola Professora Paulina Monteiro e Escola Paulina Monteiro.

Apesar de se tratar de uma das escolas mais antigas de Caruaru, não há tantas menções a respeito dela, nem sequer da professora homenageada no nome

da escola⁸, motivo pelo qual pouco pode ser pontuado. Tal ausência de dados se dava por se tratar de uma escola rural? Ainda não é possível concluir, ficando para trabalhos posteriores.

5. 3 ESCOLA ESTADUAL IRMÃ SÔNIA

Em estatuto da escola, encontrado no Diário Oficial de Pernambuco, datado em 3 de maio de 1956, é possível entender um pouco sobre a fundação e dinâmica da instituição. Já no primeiro artigo, pode-se ver que, inicialmente, a escola não era estadual, já possuía a mesma denominação de hoje, Escola Irmã Sônia, foi fundada no dia 1 de março de 1953 e tinha a finalidade de manter, de forma filantrópica, os cursos de Alfabetização, Corte, Costura e Bordados.

A escola recebia alunos de ambos os sexos, tendo um número limitado de alunos em virtude de sua manutenção se dar através de donativos, contribuições e auxílios concedidos à mesma. No entanto, vale ressaltar que os cursos de Corte, Costura e Bordados tinham suas matrículas abertas a todos que desejassem cursá-los. Além disso, para os alunos do curso de Alfabetização era disponibilizado gratuitamente todo o material didático, fardamento, merenda e assistência médica e dentária.

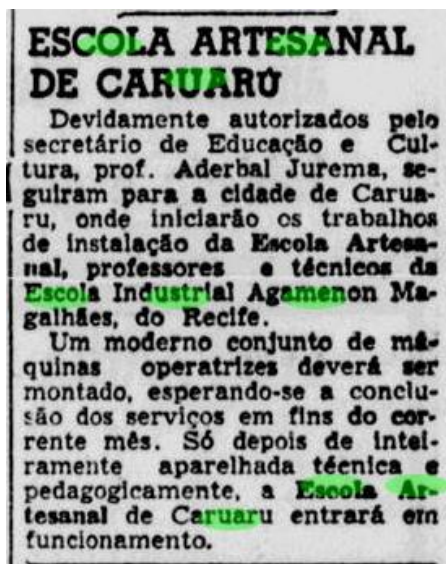
Em edição posterior do Estatuto, em 1957, também disponível no Diário Oficial de Pernambuco, seu artigo oitavo registra que a referida escola obedecerá a orientação da diretoria da Associação Municipal Espírita de Caruaru. Vale a menção que tal escola, ainda situada no local da Associação, evidencia um tempo em que poucas escolas públicas eram situadas em prédios próprios, antes, espaços eram cedidos por outros.

Em 2013, em função das alterações normativas nacionais, como a ampliação do ensino fundamental pela Lei nº11.274/06, através também de uma Emenda Regimental aprovada, a escola é autorizada a implantar o ensino fundamental do 1º ao 9º ano, estando jurisdicionada à Gerência Regional do Agreste – Centro Norte, conforme portaria da Secretaria de Educação nº 3641.

⁸ Nas pesquisas, foi identificada a professora Paulina Genuína da Silva Monteiro com atuações em várias localidades de Pernambuco, inclusive em São Caetano da Raposa, que era distrito de Caruaru, como pode ser visto em matéria do Diário de Pernambuco de 15 de março de 1872.

5. 4 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DOM MIGUEL DE LIMA VALVERDE

Imagem 9 -Sobre a Escola Artesanal de Caruaru.



Fonte: Diário de Pernambuco, 6/07/1955.

Inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1956, a foi denominada, inicialmente, Escola Artesanal Dom Miguel de Lima Valverde, permitindo, naquela época, a oferta de cursos como desenho, marcenaria, monotécnica, artes industriais, mecânica e outros. Posteriormente, passou a chamar-se Ginásio Industrial Dom Miguel de Lima Valverde, Escola Dom Miguel de Lima Valverde e, por último, Escola de Referência em Ensino Médio Dom Miguel de Lima Valverde, sendo atualmente uma das melhores escolas da rede estadual do município.

A denominação da escola homenageia o falecido arcebispo de Olinda e Recife, posição que o trouxe para mais próximo de terras caruaruenses, tendo ele promovido a instalação da diocese em Caruaru. Vindo a falecer em 8 de maio de 1951, registra-se, no mesmo dia, no Diário do Poder Legislativo de Pernambuco que nenhuma notícia poderia repercutir com mais pesar em Pernambuco e que, pelas suas virtudes, havia conquistado o coração do povo pernambucano, sendo admirado por sua operosidade e inteligência ornada de modéstia.

Foi elevada à categoria de Escola de Ensino Médio em 22 de outubro de 1998, pelo então governador Miguel Arraes.

5. 5 ESCOLA DOM VITAL

Historicamente conhecida como Escola do Convento, a instituição surgiu em decorrência do Instituto de Assistência Social D. Frei Vital. Tal Instituto foi criado em 27 de novembro de 1950, sob o patrocínio de D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo Capuchinho, e tinha por finalidade manter uma escola de ensino primário, gratuito e para ambos os sexos, que contemplasse, para alunos reconhecidamente pobres, o ensino primário, cívico e religioso, conforme consta no Diário Oficial publicado em 3 de novembro de 1953.

A escola, situada nas dependências da Igreja Católica, inicialmente, era denominada Escolas Reunidas do Convento dos Capuchinhos, e hoje é denominada em homenagem ao bispo católico mencionado acima, desde que foi elevada à categoria de 1º e 2º graus em 09 de fevereiro de 1982, conforme consta no Diário Oficial de Pernambuco, divulgado no dia seguinte.

5. 6 ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NELSON BARBALHO

Com criação decretada pelo governador do estado, na época Cid Feijó Sampaio, em 2 de fevereiro de 1960, conforme Diário Oficial de Pernambuco publicado no dia seguinte, foi inaugurado em 17 de março de 1960, o então Colégio Estadual de Caruaru (Diário de Pernambuco, 1960). Hoje situado à Av. Dom Bosco, em prédio próprio, inicialmente, localizava-se nas dependências do Grupo Escolar Vicente Monteiro, cedido pela municipalidade.

O colégio tinha por finalidade ministrar o ensino secundário de forma gratuita no município e era mantido pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico. Tinha como diretor, inicialmente, o professor José Alberto Bione, personalidade ímpar para o desenvolvimento educacional de Caruaru. Ele, antes mesmo da inauguração, em entrevista para o Diário de Pernambuco, no dia 4 de março do mesmo ano, declara ser animador o número de matrículas, o que demonstrava o interesse da população pelo novo educandário caruaruense. Na ocasião, ele também lamenta que as instalações provisórias não atendiam, mesmo em estado provisório, as necessidades do colégio, vindo a nova instalação ser inaugurada em 27 de janeiro de 1963 (Diário de Pernambuco, 1963).

Imagem 10 - Alta demanda de vagas no Colégio Estadual de Caruaru



Fonte: Diário de Pernambuco, 10/03/1970.

O Colégio Estadual foi durante muito tempo o principal estabelecimento de ensino oficial. A foto acima acompanha matéria que registra a grande procura e até desespero para se conseguir vagas para prosseguir os estudos, atingindo quase mil e trezentas matrículas no ano de 1970, porque foi o que se conseguiu ser oferecido, senão, mais jovens teriam se matriculado. Dessas vagas, 747 eram do ginásial, 248 do científico e 292 do pedagógico.

A homenagem a Nelson Barbalho veio somente em 2008, ocasião em que o poder legislativo, reconhecendo a projeção que a cidade teve por meio dele, denomina a instituição passando a se chamar Colégio Estadual Nelson Barbalho, por meio da lei ordinária nº 481/2008. No ano de 2021 a escola passou a ser uma escola técnica, oferecendo, de forma integrada e subsequente, os cursos de Produção em Áudio e Vídeo ou Rádio, TV e Internet.

5. 7 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSORA ELISETE LOPES DE LIMA PIRES

A identificação da escola apresenta variações como: Escola Isolada de Caiucá, Escola Isolada Evangélica de Caiucá, Escola Reunidas Caiucá e Escolas Reunidas Evangélica do Caiucá⁹, não tendo sido encontrada, no entanto, data do início das atividades nessa instituição, encontrando menção já em 1961.

⁹ Possivelmente resultante da atuação dos evangélicos presbiterianos na localidade, tendo em vista que em matéria de 2 de abril de 1971 do Diário de Pernambuco é mencionada a existência de escolas primárias da Igreja Presbiteriana do Caiucá com bom número de alunos.

Conforme o Diário Oficial de Pernambuco, a escola de 1º grau, em março de 1979, passa a denominar-se Professora Elisete Lopes de Lima Pires. Em 16 de março de 1982 a escola passa por mais uma mudança, passando a contemplar também o ensino do 2º grau, conforme decreto nº 7.833/1982, e, por último, em 2022, é transformada em Escola de Referência em Ensino Médio Professora Elisete Lopes de Lima Pires, passando a funcionar em jornada semi-integral.

5. 8 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANTÔNIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Inaugurada no dia 27 de janeiro de 1963 (Diário de Pernambuco, 1963), a instituição foi denominada, inicialmente, Grupo Escolar Antônia Cavalcanti de Albuquerque. A área onde foi construída, próximo à famosa rua preta, foi adquirida através de doação, em 1960, do sr. José Victor de Albuquerque, conforme Diário de Pernambuco em 13 de abril de 1960, homem altamente influente na sociedade, que sendo bem sucedido comerciante e fazendeiro, tornou-se vereador, tendo sido também presidente da Câmara Municipal e ocupado o cargo de prefeito por duas vezes em 1951, vindo a participar ainda, durante 42 anos, da Associação Comercial de Caruaru, sendo diretor, presidente e vice-presidente dessa instituição, que, por sua vez, também mediu melhorias na esfera educacional da cidade (Comercial, 2010). Encontra-se, portanto, a justificativa da escola levar o nome de sua mãe.

A escola foi elevada à categoria de ensino de 1º grau em fevereiro de 1981, conforme o Diário de Pernambuco; à categoria de escola de ensino médio em 02 de fevereiro 2001, em virtude do decreto estadual nº 23.001; e transformada em Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Antônia Cavalcanti de Albuquerque, passando a funcionar em jornada semi-integral, em 2022, pelo decreto nº 52.141.

5.9 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO FELISBERTO DE CARVALHO:

Imagem 11- Aquisição de verbas para a educação



Fonte: Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1963.

A imagem acima intitula matéria do Diário de Pernambuco datada em 27 de janeiro de 1963, onde é mencionado que o Grupo Escolar Felisberto de Carvalho, como foi denominado inicialmente, através do ato nº 189, pelo então governador Cid Feijó Sampaio, é resultante do Programa Educacional de Emergência, elaborado pelo professor Darcy Ribeiro enquanto esteve à frente do Ministério da Educação e Cultura. Na mesma matéria, o professor e então secretário da educação Lourival Vilanova diz que em mais de três anos o setor educacional de Pernambuco não tinha recebido do governo federal mais de 35 milhões de cruzeiros e que, com exceção das obras em andamento realizadas pelo convênio entre Pernambuco e a Aliança Para o Progresso, as demais construções estavam ameaçadas de parar. Mas, nos últimos três meses tinha recebido, por meio do programa, Cr\$ 195.632.000,00, destinado às construções escolares, custeio de cursos, treinamentos de professoras leigas, alfabetização de adolescentes e adultos, educação rural, equipamento e convênios com os municípios. Ainda segundo Vilanova, a iniciativa se sobrepunha ao inveterado critério político que destinava mais verbas para os Estados politicamente mais fortes.

A escola oferecia, inicialmente, ensino primário, e, por solicitação do Deputado José Antônio Liberato, passou a ser do primeiro grau em 1974, conforme pode ser visto em matéria do diário de Pernambuco, em 16 de março de 1974. A escola transformou-se em Escola de Referência em Ensino Médio Felisberto de Carvalho, passando a funcionar em jornada integral, em virtude do decreto nº 52.141 de 6 de janeiro de 2022.

5.10 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSOR MÁRIO SETTE

Inaugurado em 27 de janeiro de 1963, conforme matéria do mesmo dia do Diário de Pernambuco a instituição chamava-se inicialmente Grupo Escolar Mário Sette em homenagem a Mário Rodrigues Sette, que mesmo não se encantando pela cidade no primeiro momento, chega a mencioná-la como cidade de sua preferência e por ela tece esforços relevantes para seu desenvolvimento. Vale menção uma fala sua registrada no Diário de Pernambuco, onde ele afirma que

Pouco a pouco, em vilegiaturas anteriores, havíamos travado relações com toda agente daí. Graúdos e miúdos. Representantes das chamadas classes produtoras e vendedores das feiras. Líderes políticos situacionais e os da Oposição. Admiradores da “Comercial” e os da “Euterpe”. Os torcedores do “Central” e os do “Sport”. Os que frequentavam a Matriz de Nossa Senhora

das Dores e os pastores evangélicos. Por todos, éramos estimados e bem tratados.

Nessa oportunidade, assistimos ali, pela primeira vez, a chegada do trem noturno que até então ficava em Vitória. Trabalhei bastante na Imprensa do Recife por esse melhoramento e Caruaru ganhou dois trens diários passando o noturno a ser apelidado de Bacurau.

Os caruaruenses animavam-se então, com a idéia de construir-se na cidade uma grande Casa de Saúde que viria a ser, muitos anos depois, o atual Hospital de São Sebastião. Realizavam-se em quase todas as residências, festas, saraus-dançantes e quermesse, com leilão de prendas, rifas, sorteios, bebidas pagas em prol da Casa de Caridade, como então era denominada. Quisemos também oferecer a nossa contribuição de visitantes e amigos sinceros da terra. Mas, como a nossa casa de “turistas” era um ovo? Lembramo-nos de realizar a nossa festa no amplo terreno que então rodeava o coreto da antiga praça Sérgio Loreto. O inconveniente do frio de um junho úmido ou de uma chuvinha súbita fez-nos desistir do local. O prefeito da cidade, o meu amigo Celso Galvão, cede-nos o Mercado de Farinha, um espaçoso edifício recém-inaugurado. Á Prefeitura se encarrega de mandar lavá-lo, varrê-lo, espaná-lo, iluminá-lo. Emprestam-nos os móveis necessários, cadeiras, mesinhas, armários. Cuidamos da ornamentação. Providenciamos as comidas e as bebidas. Piano, orquestra, serviço de “bufett”, tudo arranjado amavelmente. Distribuímos os convites e no dia da festa, aliás uma noite de São Pedro, recebemos cerca de setecentos convidados. A renda líquida da promoção ultrapassou de pouco os 800\$000. Para o mesmo fim beneficente, “montamos” uma revista caruaruense de minha autoria: “O bacurau”. Mocinhas e rapazes da sociedade local integravam a representação. Dois atos e trinta números de música. Duas récitas com a casa à cunha. Um sucesso teatral! Também a colaboração de boa gente da terra muito contribuiu para o êxito. Silva Filho, médico, pinta o cenário, reproduzindo um trecho típico da Rua da Matriz. D. Mariah Pôrto, esposa do meu amigo Leocádio Pôrto, ensaia os artistas e dirige a orquestra. O Comércio fez dádivas de fazendas. Maria Laura e outras senhoras confeccionaram o guarda-roupa. Renderam os dois espetáculos cerca de dois contos de réis.

E dessa maneira, o pinga-pinga consequente ao esforço de todos, dos que trabalhavam e dos que se divertiam, dos que trabalhavam e dos que se divertiam, dos que doavam e dos que compravam, amalharam-se as primeiras importâncias para a realização do veemente desejo: um Hospital. (Diário de Pernambuco, 26/10/1979)

É nítida a relevância e justa homenagem para com Mário Sette para quem conhece a história dele e sua relação com a cidade. Além disso evidencia a importância do trabalho coletivo, a participação dos diversos agentes da sociedade.

A instituição escolar estava localizada no que hoje se conhece por bairro Vassoural, inicialmente, a localização fazia parte do bairro Indianópolis.

Imagem 12 - Desapropriação de lotes para o Grupo Escolar



Fonte: Diário de Pernambuco, 23 de abril de 1961.

Para a construção do grupo escolar, como pode ser visto na imagem acima, foram desapropriados 14 lotes. A respeito dele, o então secretário de educação Vilanova mencionou em matéria para o Diário de Pernambuco do dia 7 de novembro de 1962 que seria o grupo mais completo do Estado, na época, possuindo dez salas de aula e três salas-oficinas para o ensino de artes industriais, com capacidade para 1500 alunos nos três turnos. Nesses mais de 60 anos de história, a escola passa por melhorias e é, em 2020, elevada à categoria de Escola de Referência em Ensino Médio, passando a oferecer jornada semi-integral pelo decreto nº 48.811.

5.11 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ARNALDO ASSUNÇÃO

Inaugurado no dia 24 de janeiro de 1967, o Grupo Escolar Deputado Arnaldo Assunção, conforme o Diário de Pernambuco em 29 de janeiro de 1967, contemplava até 1976 apenas parte do ensino de 1º grau, da 1ª até a 4ª série, para cerca de mil estudantes, motivo que leva a solicitação pela oferta do 1º grau completo.

A instituição é elevada à categoria de escola de 1º grau em 20 de março de 1986, pelo decreto estadual nº 11.263, ocasião em que passa a se chamar Escola Arnaldo Assunção e é criada como se caracteriza ainda hoje apenas em 2008, quando se torna Escola de Referência em Ensino Médio Arnaldo Assunção, passando a oferecer o ensino médio em jornada integral conforme decreto estadual nº 31.311.

5.12 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ADÉLIA LEAL FERREIRA

A respeito desta escola, não foi identificado no tempo da pesquisa dados referentes à fundação nem de inauguração além do registro na dissertação de Sônia Lira (2003), onde a instituição teria sido criada em 1967, sendo a escola resultante também do convênio entre o Brasil e Estados Unidos da América através da Aliança para o Progresso, sendo, inicialmente, Grupo Escolar Professora Adélia Leal Ferreira.

A escola foi elevada à categoria de ensino médio em 23 de outubro de 1998 e tornou-se integral em 2020 passando a chamar-se Escola de Referência em Ensino Médio Professora Adélia Leal Florêncio, através do decreto estadual nº 48.811.

5.13 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PADRE ZACARIAS TAVARES

A instituição foi criada por meio de decreto estadual nº 1.846, em 09 de dezembro de 1969 e chamada, inicialmente, de Ginásio Estadual Padre Zacarias Tavares. Tinha por finalidade ministrar o ensino médio do 1º ciclo secundário e foi instalado, provisoriamente, no prédio do Grupo escolar Professora Maria Celestina Ramos, no bairro do Salgado, funcionando no horário noturno.

A oferta de aulas à noite era resultante tanto ampliação de turmas de uma mesma instituição como cedência do espaço para instituições que não tinham como funcionar em prédio próprio.

Nesse caso, nota-se, na imagem acima, a contribuição do Ginásio tanto para uma a formação como para a segurança dos alunos, uma vez que se tinha acesso a uma instituição mais próxima.

Imagem 13 - Importância do Ginásio Estadual Padre Zacarias

✦ Referindo-se ao Ginásio Padre Zacarias Tavares, localizado no bairro do Salgado, o prefeito Anastácio Rodrigues considerou a iniciativa do Secretário de Educação como um dos maiores presentes já concedidos à população estudantil daquela zona da cidade, que possui cerca de 15 mil habitantes, onde os jovens que concluíam o curso primário, tinham que lutar por uma vaga nos colégios do Governo Municipal ou Estadual, e, quando o conseguiam, arrastavam longas distâncias, à noite, no inverno ou no verão, para frequentar as bancas escolares. Disse por fim que, em março, quando do início do ano letivo, a abertura do curso ginásial no Ginásio Padre Zacarias Tavares será feita solenemente, com a presença do Secretário Roberto Magalhães e de outras autoridades municipais e estaduais.

Fonte: Diário de Pernambuco, 14/01/1970.

Em outra matéria do Diário de Pernambuco, em 24 de fevereiro de 1970, é possível perceber contribuições outras além da menção feita por Anastácio, uma vez que é pontuado que o Ginásio de Salgado, como também era conhecido, é fruto de uma luta de dois anos, em que conjugou forças políticas, locais e da Associação Comercial de Caruaru. É pontuado ainda o primeiro diretor, professor José Bione de Araújo, personalidade de destaque quando o assunto era compromisso. Em sua gestão, o Ginásio passou por inúmeras melhorias e se desenvolveu a passos largos.

Imagem 14 - Curso técnico e melhorias no Ginásio Padre Zacarias Tavares

Curso técnico vai funcionar em 73

CARUARU (Do correspondente Antônio Miranda) — O Ginásio Padre Zacarias Tavares, localizado no bairro do Salgado, nesta cidade, terá as suas instalações ampliadas, com mais três salas de aulas, objetivando o funcionamento do 1.º ano técnico, em 1973. O professor José Bione de Araújo, diretor desse estabelecimento de ensino, manteve contato com o secretário Manoel Costa Cavalcanti, de Educação, a quem fez ver a necessidade da implantação desse curso, considerando que o Ginásio Padre Zacarias Tavares é um estabelecimento de ensino que tende a desenvolver-se, nos próximos anos.

Além da construção das três salas de aulas, a direção do Ginásio Padre Zacarias pretende incluir nesse conjunto educacional uma biblioteca e uma sala de ciências.

Por outro lado, a direção do estabelecimento pretende ampliar a sua banda marcial, atualmente com 42 instrumentos. Várias promoções serão realizadas, dentro em breve, visando a aquisição de fundos para a compra de novos instrumentos. É desejo dos alunos dessa escola possuírem a maior banda marcial da cidade, em futuro não muito distante.

Dentro do programa de desenvolvimento social do Ginásio Padre Zacarias, está, ainda, a efetivação de várias promoções. Toda a renda será revertida em diversos melhoramentos no educandário. Nos dias 1, 2, 3 e 4, os seus professores excursionarão à praia de Pitimbu, na Paraíba.

Fonte: Diário de Pernambuco, 24/10/1972.

Pode-se perceber que os agentes anteriormente mencionados foram importantes não só no processo de consolidação da instituição, mas durante todos esses anos de influência de mais de meio século, sendo atualmente uma Escola de Referência em Ensino Médio em virtude da transformação em 2013, por meio do decreto estadual nº 39.039, ocasião em que passa a ter também jornada semi-integral.

5.14 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ROSILDA MACIEL VIEIRA

A instituição foi construída no núcleo residencial construído pelo Serviço Social Contra o Mocambo, onde atualmente é o Bairro Agamenon Magalhães. Tinha, inicialmente, 250 casas e atendia a uma demanda de mais de uma centena de crianças em idade escolar, que tinham que se deslocar para estabelecimentos de ensino situados em outros bairros, conforme pode ser visto em matéria do Diário de Pernambuco, em 15 de abril de 1969. Na mesma matéria é possível perceber que o funcionamento do grupo escolar ocorreu resultante de cobranças, nas quais se julgava que a instalação de uma unidade escolar deveria antecipar a construção da própria construção da vila ou da habitação e, naquele momento, as obras do grupo escolar encontravam-se paralisadas, não sendo encontradas, no entanto, durante esta pesquisa o exato início das atividades da instituição.

Denominado, inicialmente, Grupo Escolar Vila Social Contra o Mocambo, pela propositura de José Liberato, em 1982, como pode ser visto no Diário do Poder Legislativo de Pernambuco, no dia 5 de agosto de 1982, a instituição passou a se chamar Escola Profa. Rosilda Maciel Vieira, em homenagem à professora que, de família tradicional de Caruaru, dedicou-se por 42 anos ao magistério, vindo a ser, inclusive, diretora do Grupo Escolar Vicente da Silva Monteiro e do Grupo Escolar Antônia Cavalcanti de Albuquerque. A seu respeito, a justificativa da homenagem aponta ainda que, mesmo com tempo suficiente para aposentar-se, ela sentia-se satisfeita e gratificada em poder contribuir localmente com a formação da juventude.

A escola foi elevada à categoria de ensino fundamental de 5ª a 8ª série, em 1998, através do decreto estadual nº 20.984, e, recentemente, em janeiro deste ano, foi transformada em Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio

Professora Rosilda Maciel Vieira, passando a funcionar em jornada integral, através da portaria nº 512/2025 da Secretaria de Educação e Esportes.

5.15 ESCOLA JOSÉ CARLOS FLORÊNCIO

Conforme consta no Diário Oficial de Pernambuco, publicado em 19 de janeiro de 1971, acatando a sugestão do Secretário de Educação e Cultura, o Governador do Estado, por meio do ato nº 179, decidiu denominar Grupo Escolar Jornalista José Carlos Florêncio, a escola de ensino primário que havia sido construída recentemente no Bairro Santa Clara, em Caruaru, com recursos do Plano Nacional de Educação.

A unidade de ensino foi inaugurada em maio de 1971, no dia 18, aniversário de Caruaru, como pode ser visto em matéria do mesmo dia do Diário de Pernambuco. Por meio de decreto estadual nº 20.970, em 22 de outubro de 1998, foi elevada à Escola de Ensino Médio, juntamente com outras escolas do município.

5.16 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO NICANOR SOUTO MAIOR

Criado por meio de decreto, assinado no dia 17 de janeiro de 1971, pelo governador Nilo de Souza Coêlho, o então Colégio Estadual Nicanor Souto Maior tinha a finalidade de ministrar ensino médio de 1º e 2º ciclos secundários. Provisoriamente, iniciou suas atividades no prédio do Grupo Escolar Mário Sette, em horário noturno, proporcionando 500 vagas, inicialmente, e mais 500 na segunda etapa de atividades, conforme consta no Diário Oficial de Pernambuco, em 19 de janeiro de 1971.

Antes mesmo de ser inaugurado, em matéria do Diário de Pernambuco do dia 3 de março, registra-se que as vagas já encontravam-se todas preenchidas, em virtude da grande procura pelo ensino médio da cidade, que, mesmo com a abertura de novas unidades não se fez suficiente, deixando ainda uma estimativa de mais de mil alunos sem acesso ao ensino ginásial naquele ano, fato que conduzia a articulação para ampliação de ofertas.

A escola, em janeiro de 2017, passa a funcionar em jornada integral em virtude do decreto estadual nº 44.034, sendo transformada em Escola de Referência em Ensino Médio em janeiro de 2017, através do decreto nº 44.042.

5.17 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSOR LISBOA

A escola foi inaugurada no dia 29 de março de 1980, juntamente com o Conjunto Habitacional Boa Vista I, onde fica localizada. Na ocasião, vale registrar a fala de Joel de Hollanda, secretário de educação na época, que salientou a importância da participação comunitária nos trabalhos educacionais bem como a diferença entre repartições públicas e escolas, uma vez que as escolas devem ser organismos vivos, solidários e participantes.

Foi, inicialmente, denominada Escola Professor Valfredo Pereira de Lisboa, em consequência do projeto de lei nº 258, de autoria do deputado José Liberato, em memória do notório professor Lisboa, personalidade de destaque que, com um currículo extenso, lecionou no Magistério durante 37 anos, passando por 18 estabelecimentos particulares e 19 da Rede Oficial do Estado de Pernambuco. Ainda sobre ele, na justificativa da denominação, José Liberato, responsável pela elaboração do decreto de denominação, salienta que o docente considerava a sala de aula sua casa e os alunos como seus filhos.

Com capacidade para dois mil alunos, destinava-se à oferta do 1º grau. Foi construída no intervalo de doze meses e possuía doze salas de aulas comuns, e mais quatro para funcionamento dos laboratórios de Química e Biologia, Datilografia e Práticas Comerciais, também contava com biblioteca, com uma quadra polivalente que serviria não só para os estudantes caruaruenses, mas também de outras cidades e para a comunidade, conforme consta no Diário de Pernambuco em publicações do dia 29 de março e 01 de abril de 1980. A matéria acrescenta ainda que a escola também contava com gabinetes dentários e de educação física, biblioteca, sala de professores e outras adjacências, possibilitando uma estrutura de qualidade e acessível para a iniciação profissionalizante dos alunos.

A escola foi elevada já em janeiro de 1983 à categoria de 1º e 2º graus, através do decreto estadual nº 8.415, vindo a tornar-se Escola de Referência em Ensino Médio Professor Lisboa em 2013, passando a funcionar em jornada semi-integral, por meio do decreto estadual nº 39.039.

5.18 ESCOLA SANTO AMARO

Criada com finalidade de ofertar o ensino de 1º grau, atualmente, por meio de decreto estadual nº 10.269, em 02 de abril de 1985, a Escola Santo Amaro, já se localizava em prédio construído para esse fim. A escola foi feita para acolher mil vagas sendo 280 dessas para alunos de uma antiga escola existente na Vila Kennedy, que contemplava da primeira à quarta série do primeiro grau, conforme pode ser visto no Diário Oficial em 25 de agosto de 1984. A matéria acrescenta ainda que o espaço contava com biblioteca, cantina, dentre outros espaços e que foi construído em cinco meses com recursos de mais de 73 milhões de cruzeiros do Ministério da Educação e Cultura. Tal escola foi, em 2002, elevada à categoria de Ensino Médio, por meio do decreto estadual nº 24.976.

Imagem 15 - Indicação de implantação do Ensino Médio

Roberto Liberato também apresentou indicação ao governador Jarbas Vasconcelos, ao secretário de Educação Francisco de Assis e à diretora da Dere sediada em Caruaru, professora Maria José Dutra, solicitando a implantação do Ensino Médio na Escola Santo Amaro, Vila Kennedy, naquela cidade do Agreste.

O vice-líder governista justifica que a unidade escolar atende a toda a comunidade residente em Vila Kennedy, Vila Padre Inácio, Vila do Aeroporto, Bairro Kennedy, além da zona rural abrangendo o Alto do Moura, Cajá, Maniçoba, Serrote dos Bois, entre tantos outros.

Fonte: Diário Oficial de Pernambuco, 10/04/2002.

A indicação para a implementação de novos níveis de ensino materializa as negociações entre as esferas administrativas e a necessidade social da época, sendo tais negociações cruciais para a evolução do acesso ao ensino da comunidade residente na Vila Kennedy, reafirmando o quanto a história da instituição se entrelaça com a história da própria cidade.

5.19 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO MARIA AUXILIADORA LIBERATO

Não identificando os registros de fundação no Diário Oficial, segundo Lira (2003), a escola tem sua origem no ano de 1985, e fazia parte da estrutura do conjunto habitacional, a COHAB III, tendo sido deixado pronto pela empreiteira.

Já no ano de 1985, através da indicação para a instalação do curso do 1º grau maior e o 2º grau, é possível tomar conhecimento que a escola só contemplava o ensino até a 4ª série. Na justificativa do requerimento, que pode ser visto no Diário do Poder Legislativo de Pernambuco, publicado em 07 agosto de 1985, consta que o Núcleo Residencial onde ela estava inserida, no entanto, era distante do centro e lá residiam, aproximadamente, três mil alunos, fazendo-se necessário a instalação solicitada, tendo em vista a carência de recursos financeiros para o deslocamento diário.

A escola passa, em março de 1986, pela elevação à 5ª série do 1º grau, conforme noticiado pelo Diário Oficial; em 1990 é elevada à categoria de escola de ensino de 1º e 2º grau, por meio do decreto estadual nº 14.267, tendo sido criada como hoje se configura apenas em janeiro de 2013, quando passa a ser Escola de Referência em Ensino Médio Maria Auxiliadora Liberato, com jornada semi-integral, pelo decreto estadual nº 39.030.

5. 20 ESCOLA PROFESSORA JESUÍNA PEREIRA RÊGO

Situada no bairro São João da Escócia, a escola é resultado dos esforços da professora Ivanise Flora Araújo de Menezes, como pontua o vereador Edmilson do Salgado ao justificar a sua indicação para a denominação de um Centro Municipal de Educação Infantil no bairro do Salgado. Ela, tendo sentido as limitações que o espaço físico da escola onde lecionava enfrentava, Escola Professora Sinhazinha, se dedicou para encontrar um lugar que oferecesse melhores condições. Nessa procura, conseguiu sensibilizar o Dr. Luís Rêgo, resultando na doação de um terreno, que pertencia a ele, para a construção da escola.

A escola foi elevada em outubro de 1998 à categoria de Escola de Ensino Médio, em virtude do decreto estadual nº 20.972.

5. 21 CENTRO DE REABILITAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CARUARU

Inaugurado no dia 11 de março de 1991, o Centro de Reabilitação e Educação Especial Rotary de Caruaru atende a uma política de descentralização da educação especial e interiorização do atendimento aos alunos portadores de deficiência, que antes precisavam recorrer à um serviço restrito ao Recife, como afirma a coordenadora da Divisão de Educação de Ensino Especial do Estado, Liliane Longman, em matéria para o Diário de Pernambuco no dia 18 de junho de 1989. Tal instituição objetivava, sobretudo, realizar o diagnóstico dos alunos da rede oficial de ensino e da comunidade em geral, realizando também a estimulação precoce nas crianças de 0 a 6 anos. O Centro contava com capacidade para 110 crianças e mais 100 para diagnóstico e contava com uma equipe multidisciplinar, contendo psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, como consta no Diário Oficial publicado no dia 7 de março de 1991.

A homenagem ao Rotary Clube de Caruaru na denominação ocorre por meio do decreto estadual nº 14.782, em virtude da colaboração prestada pela organização para a implantação do centro na cidade, não discriminando claramente no texto tal colaboração.

Imagem 16 - Ação promovida pelo Rotary beneficiando crianças carentes



Fonte: @caruarudopassado, 2021.

A imagem acima registra uma das muitas vezes que a organização se prestou a servir à comunidade caruaruense. Vale destaque que o Rotary Clube Caruaru, conforme consta no Diário Oficial publicado em 09 de fevereiro de 1973, desde sua

criação, em 1943, objetiva estimular e fomentar o ideal de servir como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando: primeiro, o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir; segundo, reconhecimento do mérito de toda a ocupação útil e difusão de normas de ética profissional; terceiro, melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada; e quarto, a aproximação dos profissionais de todo o mundo visando a consolidação de boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

5. 22 ESCOLA PROFESSOR JOSÉ BIONE DE ARAÚJO

A Escola Profº José Bione de Araújo era, anteriormente, denominada Escolas Reunidas do Centro Social João XXIII, como pode ser visto no Diário Oficial de Pernambuco publicado em 26 de julho de 1995, não sendo encontrada a data de fundação da mesma durante esta pesquisa, mas encontrando menção dela no Diário Oficial já no ano de 1966.

A escola foi inaugurada como Escola Professor José Bione de Araújo em agosto de 1994, com capacidade para atender 820 alunos ofertando o ensino do primeiro grau completo, como consta no Diário Oficial de Pernambuco datado em 20 agosto de 1994.

5. 23 ESCOLA ESTADUAL GREGÓRIO BEZERRA

Criada por meio de decreto estadual nº 38.814, em 8 de novembro 2012, a escola fica localizada no presídio Juiz Plácido de Souza para ofertar o ensino fundamental da I a IV fase e ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Antes, no entanto, havia trabalho educativo no local, como pode ser visto no artigo produzido por Albuquerque (2018), Discursos Acerca da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (Caruaru - PE): Análise da Imprensa e das Memórias de Seus Atores Sociais. A informação é que na década de 2000, a Escola Estadual Nicanor Souto Maior cedeu alguns docentes para atuarem na penitenciária, constituindo-se como um anexo da escola. Tal anexo ganha autonomia e resulta na Escola Estadual Gregório Bezerra, tendo o nome do homenageado sido escolhido pelos próprios reeducandos,

em votação. Ainda segundo Albuquerque (2018), vale destaque que a maior motivação dos detentos quanto a participação na escola se dá pela possibilidade de remição da pena, uma vez que a cada 12h de estudo, a pena é diminuída em um dia da condenação. Ainda assim, os esforços são para que haja uma ressocialização através da educação efetiva.

5. 24 ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO LYRA

A Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra foi criada em 30 de janeiro de 2017, através do decreto estadual nº 44.071, para a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio em jornada integral, na forma integrada e subsequente e inaugurada em março do mesmo ano, em prédio próprio localizado no loteamento Cidade Alta.

Oferece cursos técnicos de Marketing e Desenvolvimento de Sistemas para o ensino médio integrado, como também de Administração e Desenvolvimento de Sistemas para o subsequente. Além disso, também disponibiliza nove cursos EAD, sendo eles: Técnico em Educação a distância, Técnico em Administração, Logística, Informática, Segurança do trabalho, Recursos Humanos, Designs de Interiores, Multimeios Didáticos, Secretaria Escolar e Biblioteca Logística. Destaca-se ainda como a primeira escola técnica estadual com salas 4.0, equipadas com tecnologia avançada como impressoras 3D e kits Arduino¹⁰.

A escola tem sua importância destacada pela deputada Laura Gomes em pronunciamento feito na assembleia Legislativa de Pernambuco em 14 de março de 2017,

Imaginem o valor de uma Escola Técnica para uma cidade que tem na Sulanca a base da sua economia. Avaliem a realidade do comércio de 65 confecções como atividade de dimensão nacional e com possibilidades de chegar ao mercado internacional. Analisem que a Sulanca é uma estrutura, com milhares de empreendedores, costureiras, vendedores e comerciantes, distribuídos na área urbana e na zona rural, em todo o Agreste. Essa cadeia produtiva precisa dos recursos da informática, das técnicas de promoção de vendas e de investimentos publicitários eficazes. Sem isso não se eleva a qualidade do produto, nem se amplia mercados. [...] Os jovens estudam em instalações modernas, num espaço de mais de 5.000 metros quadrados de área construída, dispondo 12 salas de aula, auditório, biblioteca, refeitório, quadra poliesportiva, laboratórios de base comum, laboratórios especiais,

¹⁰ Conjunto de componentes eletrônicos com objetivo de facilitar a prototipagem, implementação ou emulação do controle de sistemas interativos.

laboratório de línguas, laboratório de informática e adequados espaços pedagógicos. Para essa infraestrutura o governo do estado investiu aproximadamente nove milhões. [...] O futuro que estamos cuidando hoje, passa por investimento na educação profissionalizante. Sem perder o conhecimento da cidadania, da arte, da política, da economia e da reflexão sobre a vida, é preciso direcionar para o trabalho qualificado, que agrega valor e eleva o nível salarial. (Diário Oficial de Pernambuco- Poder legislativo, 1917, p. 20).

É possível perceber através da fala da deputada que o ensino técnico ainda tem seu lugar nas demandas locais, e que ele acompanhou o desenvolvimento tecnológico, que atualmente é tão essencial. A última escola estadual criada em Caruaru propõe-se a oferecer para as próximas gerações espaço comum fértil para o desenvolvimento da memória coletiva e uma identidade local marcada pelo uso da tecnologia contribuindo para diversas áreas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente pesquisa em História da Educação, impulsionada por tendências que fomentam a valorização da escala local, bem como a ampliação do conceito de patrimônio -- com a inserção dos aspectos imateriais e culturais -- permitiu que as instituições escolares passassem a ser compreendidas como bens culturais em si. Tais espaços foram forjados pelo tempo em comum e por esforços coletivos, que consolidaram a memória e a identidade local.

Por consequência, tratá-la como patrimônio e utilizá-la como espaço para educação patrimonial traz à tona sua importância, bem como a memória daqueles que lutaram por ela, e resulta ainda, como foi visto, na consciência de que tais instituições precisam ser melhor aproveitadas e preservadas.

Em todos os períodos republicanos mencionados, fez-se notório a compreensão do potencial formativo das instituições escolares, entendido pelos governantes a ponto de utilizá-las como meio de legitimação de poder. Ainda assim e em virtude disso, foi possível perceber o crescente investimento e periferação das instituições, passando a contemplar, por meio das iniciativas voluntárias e, depois, o ensino gratuito estadual, a população carente com as várias fases do ensino escolar estadual: primário, secundário e técnico profissionalizante.

Os dados apresentados evidenciaram que, longe de ser apenas responsabilidade dos governantes, mas também pela ausência deles, o cuidado com as instituições e esforços para criação, ampliação, elevação de categoria, outras melhorias e preservação também são possíveis através de outros agentes da sociedade.

A história suscita possibilidades que os mais diversos agentes da sociedade têm de contribuir no desenvolvimento do contexto em que está inserido, seja costurando, preparando cenários, compondo, escrevendo, colocando de lado muros que separam e erguendo pontes que beneficiam a coletividade, quando se trata da saúde, da educação e outras tantas áreas. As contribuições de pessoas comuns, mas unidas em prol de um benefício mútuo, foi essencial para o desenvolvimento da educação local bem como da cidade, o que só é possível se houver compreensão da relevância da instituição.

A pesquisa trouxe à tona a identificação de vinte e quatro escolas, suas denominações, a luta pela aquisição do patrimônio, suas estruturas e, mesmo

apresentando lacunas, tendo em vista a impossibilidade de identificar todos os acontecimentos relevantes para tais instituições durante o recorte temporal de mais de oitenta anos, dá início à discussão da temática à nível local.

Evidentemente, ainda há muito o que ser explorado na história da educação local: escolas municipais; escolas em tempo integral; a educação de jovens e adultos; as políticas assistencialistas nas escolas; a inserção da tecnologia; a atuação dos protestantes, da igreja católica, dos maçons; de uma série de personalidades que muito lutaram, mas que nem sempre chegaram a receber honrarias, nem póstumas. Nesse sentido, faz-se relevante a criação de mais grupos de pesquisas atuando e ampliando a discussão, uma vez que, como afirma Nosella e Buffa (2013), somente excepcionalmente um pesquisador isolado consegue um bom resultado. Além disso, como foi visto, levar a discussão para a sala de aula suscita reconhecimento, valorização e empenho por parte da comunidade escolar frente às demandas ordinárias e extraordinárias da instituição.

REFERÊNCIAS

“Colégio Estadual”: Grande Número de Matrículas. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 135, n. 52, p. 2, 5 mar. 1960. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22col%C3%A9gio%20estadual%20de%20caruaru%22%20%22bione%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1274>.

Acesso em: 17 mar. 2025.

295 Milhões às Ordens do Futuro Governo: Educação. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 138, n. 23, p. 8, 27 jan. 1963. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22felisberto%20de%20carvalho%22&hf=memoria.bn.gov.br%20%20pagfis=20914&pagfis=20914>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Abertura das aulas foi espetáculo à parte em Caruaru. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 146, n. 50, p.10, 3 mar. 1971. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22nicanor%20souto%20maior%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13012>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Administração municipal - “Princesa do Agreste” - Roupas às crianças pobres - Sociais. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 125, n.117, 24 maio 1950. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22paulina%20monteiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1911>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. **São Paulo: Moderna**, v. 3, 2006.

ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Inovação cultural, patrimônio e educação. Recife: Massangana, v. 1, p. 52-64, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3630/1/livro%20congresso%20Recife%20completo.pdf#page=52>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Lei Nº378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 05 fev. 2025

Caiucá organiza sua Igreja Presbiteriana. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 146, n. 76, p. 10, 2 abr. 1971. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22associa%C3%A7%C3%A3o%20evangelica%22%20%22caiu%C3%A1%22%20%22escola%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14034>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Caruaru ganha hoje mais uma escola estadual. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 155, n. 85, p. A-9, 29 mar. 1980. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22caruaru%22%20%22Lisboa%22%20%22boa%20vista%22%20%22escola%22%20%22inaugura%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4885>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Caruaru na década de 20. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 154, n. 291, p. A-9, 26 out. 1979. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22mercado%20de%20farinha%22%20%22caruaru%22%20%22m%C3%A1rio%20sette%22%20%22s%C3%A3o%20sebasti%C3%A3o%22&pagfis=144481>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CHAVES, Ítalo Teixeira; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Educação patrimonial, bibliotecas e museus virtuais na escola. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56581>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

COMERCIAL, Associação. Terra de oportunidades: A contribuição da ACIC para o desenvolvimento de Caruaru e região. 2010. Disponível em: <<https://aciccaruaru.com/Livro-Acic-90-Anos.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. Revista de Administração Pública, v. 48, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Curso técnico vai funcionar em 73. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 147, n. 257, p. 12, 24 out. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22padre%20zacarias%20tavares%22%20%22quadra%22&pagfis=34049>. Acesso em: 19 mar. 2025.

DE ALBUQUERQUE, Flavio de Sá Cavalcanti et al. Discursos acerca da Penitenciária Juiz Plácido De Souza (Caruaru-Pe). **Revista Em Tempo**, v. 17, n. 01, p. 270-295, 2018. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/2716>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DE ASSIS MOREIRA, Diogo. Panorama sobre escola pública como patrimônio imaterial. Revista Calíandra, v. 2, n. 2, p. 61-78, 2022. Disponível em: <<https://anpuhgoias.com.br/revista/index.php/caliandra/article/view/27/23>>. Acesso em: 26 fev. 2025.

DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político/Vargas Era: the Education as a Political Instrument. ID on line. Revista de psicologia, v. 14, n. 50, p. 835-853, 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2481>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DE VARGAS GIL, Carmem Zeli; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Patrimônios da educação: o ensino e a pesquisa. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, p. 121-136, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6238671>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Desfile Social de Caruaru. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 143, n. 255, Terceiro caderno, p. 5, 29 jan. 1967. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22arnaldo%20assurn%C3%A7%C3%A3o%22%20%22GRUPO%20ESCOLAR%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4805>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Diretor e professoras fazem campanha para salvar escola. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 147, n. 101, p. 10, 4 maio 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22vicente%20%20monteiro%22&pagfis=27260>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Editais. **Diário de Pernambuco**. Recife. n. 62, p. 3, 15 mar. 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pesq=%22paulina%20genuina%20da%20silva%20monteiro%22%20%22%20caetano%20da%20raposa%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5175>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Ensino especial reintegração. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 164, n. 162, p. A-58, 18 jun. 1989. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22centro%22%20%22educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%22%20%22caruaru%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=154482>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Escola Artesanal de Caruarú. **Diário De Pernambuco**. Recife. ano 130, n. 155, p. 4, 10 jul. 1955. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22escola%20artesanal%20de%20caruaru%22%20%22escola%20industrial%20agamenon%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28289>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Escolas Estaduais são Elevadas de Nível de Ensino. **Diário e Pernambuco**. Recife, ano 156, n. 49, p. A-15, 19 de fev. 1981. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22primeiro%20grau%22%20%22antonia%20cavalcanti%22%20%221981%22%20%22fevereiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22616>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FERREIRA, Elenice Silva. A história da educação local/regional: contribuições da Nova História. **Historia de la educación-anuario**, v. 21, n. 2, p. 115-130, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org.ar/pdf/histed/v21n2/2313-9277-histed-21-02-115.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FERREIRA, Josué Euzébio; OLYVER, EDITORA. Ocupação humana do agreste pernambucano: Uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. Editora Olyver, 2021. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=y90xEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA14&dq=FERREIRA,+Josu%C3%A9+Euz%C3%A9bio%3B+OLYVER,+EDITORA.+Ocupa%C3%A7%C3%A3o+humana+do+agreste+pernambucano:+Uma+abordagem+antropol%C3%B3gica+para+a+hist%C3%B3ria+de+Caruaru.+Editora+Olyver,+2021.&ots=MNcQFiDaKv&sig=8YljJNGYXG5WUfqHRD0cTMz1YbA#v=onepage&q=FERREIRA%2C%20Josu%C3%A9%20Euz%C3%A9bio%3B%20OLYVER%2C%20EDITORA.%20Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20humana%20do%20agreste%20pernambucano%3A%20Uma%20abordagem%20antropol%C3%B3gica%20para%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20Caruaru.%20Editora%20Olyver%2C%202021.&f=false>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Política de preservação digital da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: FBN, 2020. Disponível em: <<https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/2021/politica-preservacao-digital-biblioteca-nacional-ppdbn-6972.pdf>>. Acesso em: 7 de fev. 2025. 8 fev. 2025.

Gente nova quer estudar. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 145, n. 57, p. 5, 10 mar. 1970. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22Grupo%20escolar%22%20%22M%C3%A1rio%20Sette%22%20%22caruaru%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

Grupo Escolar para Caruaru. Diário de Pernambuco. Recife, ano 136, n. 92, p. 3, 23 abr. 1961. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22Grupo%20escolar%22%20%22caruaru%22%20%22indian%C3%B3polis%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9637>. Acesso em: 22 mar. 2025.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

Homenagens ao presidente Getúlio Vargas hoje, em todo o país. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 119, n. 91, p. 3, 19 abr. 1944. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=%22homenagens%20ao%20presidente%22%20%22get%C3%BAlio%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15264>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Instalado o Colégio Estadual de Caruaru. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 135, n. 62, p. 9, 18 mar. 1960. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22col%C3%A9gio%20estadual%20de%20caruaru%22%20%22inaugura%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1549>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Instrução Publica. **Jornal do Recife**. Recife, ano XLIV, n. 286, p. , 17 dez. 1901. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22instruc%C3%A7ao%20publica%22%20%22caruaru%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=44016>>. Acesso: 5 fev.2025.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As políticas educacionais da nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, v. 1, n. 1, p. 119-127, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5531/553156352012.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. **Belo Horizonte: UFMG**, v. 340, p. 1990, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada- Goiânia: MF Livros, 2008.

Mais 3 Grupos Escolares Serão Construídos Em Caruaru. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 135, n. 84, p. 5, 13 abr. 1960. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22jos%C3%A9%20victor%20de%20albuquerque%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2127>. Acesso em 18 mar. 2025

MENEGUELLO, Cristina; CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. 2020. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EdQnEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=MENEGUELLO,+Cristina%3B+CARVALHO,+Aline%3B+MENEGUELLO,+Cristina.+Dicion%C3%A1rio+tem%C3%A1tico+de+patrim%C3%B4nio:+debates+contempor%C3%A2neos.+2020.&ots=q_XPXR9VoQ&sig=t7M6zCxPV7s6ELdf9XE_LibHlw#v=onepage&q=MENEGUELLO%2C%20Cristina%3B%20CARVALHO%2C%20Aline%3B%20MENEGUELLO%2C%20Cristina.%20Dicion%C3%A1rio%20tem%C3%A1tico%20de%20patrim%C3%B4nio%3A%20debates%20contempor%C3%A2neos.%202020.&f=false>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MENESES, Ulpiano T. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 2, p. 9-42, 1994.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaism/a/cjxGJjRFfbKxLBfGyFFMwVC/>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Mobral instala postos na Capital e Interior. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 149, n. 07, p.3, 8 jan.1974. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22mobral%22%20%22caruaru%22%20%22PAULO%20GUERRA%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=51516> . Acesso em: 15 de 2025.

MOREIRA, Diogo de Assis. Escola pública como patrimônio imaterial [manuscrito] /Diogo de Assis Moreira. - 2021. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/6e08e4e3-869a-4273-9f9e-69bb185e15d9/content>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. 2.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

Núcleo residencial encontra-se em completo abandono: Caruaru. Escola. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 144, n. 86, segundo caderno, p. 4, 15 abr. 1969. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22Contra%20o%20Mocambo%22%20%22caruaru%22%20%22inaugura%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=69217>. Acesso em: 20 mar. 2025.

O Assunto é Política. Escolas. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 149, n. 71, p. 5, 16 mar. 1974. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22felisberto%20de%20carvalho%22%20%22primeiro%20grau%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=53932>. Acesso em: 17 mar. 2025.

O ministro da educação vai organizar o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 111, n. 99, p. 7, 28 de abr. 1936. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=%22servi%C3%A7o%20do%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%22%20%22mario%20andrade%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=19149>. Acesso em: 5 fev. 2025.

Obras Novas 1944 | 1945. **O Lيدador**. Vitória- PE. ano 09, n.11, p.2, 17 mar. 1945. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813699&pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22vicente%20monteiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3577>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Obras públicas são entregues hoje no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 138, n. 23, p. 3, 27 jan. 1963. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22col%C3%A9gio%20estadual%22%20%22caruaru%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20909>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Obras públicas são entregues hoje no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 138, n. 23, p. 3, 27 jan. 1963. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22rua%20preta%22%20%22caruaru%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20909>. Acesso em 17 mar. 2025.

Obras Públicas são entregues hoje no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 138, n. 22, p. 3, 27 jan. 1963. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22col%C3%A9gio%20estadual%22%20%22caruaru%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20909>. Acesso em: 17 mar. 2025.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; DE SOUZA CHALOPA, Rosa Fátima. O patrimônio educativo em tela: incursões pelos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (2011-2019). Revista Linhas, v. 24, n. 55, p. 339-367, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21925>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Orientação acertada. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 137, n. 20, p. 13, 26 jan. 1962. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22jos%C3%A9%20victor%20de%20albuquerque%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14675>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Outros informes. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 145, n. 12, Segundo caderno, p. 4, 14 jan. 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22padre%20zacarias%20tavares%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=386>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Outros informes. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 145, n. 45, p. 10, 24 fev. 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22padre%20zacarias%20tavares%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1565>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PASINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PEREIRA, Janaina Tatiana. A Educação Brasileira Na Era Vargas: Primeiro Governo (1930-1945) e Seu Contexto No Estado De Minas Gerais. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal). Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/24fbaa7cd2579e8f280a24cc662beac1/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Pernambuco recebeu mais de dois bilhões para educação. **Diário de Pernambuco**. Recife. ano 140, n. 90, p. 13, 21 abr. 1965. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=35593> Acesso em 15 mar. 2025.

PERNAMBUCO. 1979 - Projeto nº 258. Faz denominação. Recife, ano LVI, n. 169, p. 2, 5 set. 1979. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197909&pesq=%22Escola%20Professor%20Valfredo%20Pereira%20de%20Lisboa%22&pagfis=122>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 20.984, de 22 de outubro de 1998. Eleva a Escola Professora Rosilda Maciel Vieira, no Município de Caruaru, à categoria de Escola de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. Recife, ano LXXV, n. 198, p. 8, 23 de out. 1998. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199810&pesq=%22ensino%20fundamental%22%20%22eleva%22%20%22rosilda%20maciel%22&pagfis=1398>. Acesso em 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. 1985 - INDICAÇÃO - Nº2032. Recife, ano LXII, n. 147, 2ª seção, p. 3, 7 ago. 1985. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198508&pesq=%22maria%20auxiliadora%20liberato%22&pagfis=228>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PERNAMBUCO. 1ª Discussão do Projeto nº 1521. Denomina de Escola Profª Rosilda Maciel Vieira. Recife, ano LIX, n. 145, 2ª seção, p. 03, 5 ago. 1982. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198208&pesq=%22denomina%22%20%22contra%20o%20mocambo%22%20%22caruaru%22&pagfis=131>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Arcoverde e Caruaru contam com educação especial. Recife, ato LXVIII, n. 43, p. 32, 7 mar. 1991. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199103&pesq=%22educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%22%20%22centro%22%20%22caruaru%22&pagfis=393>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Atos do dia 18 de janeiro de 1970. N. 179. Recife, ano XLVIII, n. 15, p. 349, 19 jan. 1971. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197101&pesq=%22%20Jornalista%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Flor%C3%A7o%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=443>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Atos do dia 4 de julho de 1955. Ato Nº 1870. Recife. ano XXXII, n. 116, p. 3107, 5 jul. 1955. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195507&pesq=%22DOM%20MIGUEL%20DE%20LIMA%20VALVERDE%22%20%22CARUARU%22%20%22ARTEZANAL%22&pagfis=7>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Atos do dia 7 de janeiro de 1963. N. 189. Recife, ano XL, n. 6, p. 160, 8 jan. 1963. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196301&pesq=%22felisberto%20de%20carvalho%22&pagfis=250>. Acesso em: 17 mar. 2025

PERNAMBUCO. Decreto 14.267 de 07 de março de 1990. Eleva a “Escola Maria Auxiliadora Liberato” Ensino de 1º e 2º Graus. Recife, ano LXVII, n. 44, p. 2, 8 mar. 1990. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199003&pesq=%20%22Maria%20auxiliadora%20liberato%22&pagfis=267>. Acesso em 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 10.269, de 02 de abril de 1985. Cria a “ESCOLA SANTO AMARO” ;

Ensino de 1º Grau, no município de Caruaru. Recife, ano LXII, n. 63, p. 4, 3 abr. 1985. Disponível em: <http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198504&pesq=%22Escola%20Santo%20Amaro%22&pagfis=53>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 11. 263 de 20 de março de 1986. Eleva e redenomina estabelecimentos de ensino. Recife, ano LXIII, n. 54, p. 04, 21 mar. 1986. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198603&pesq=%22arnaldo%20assun%C3%A7%C3%A3o%22%20%22eleva%22&pagfis=736>. Acesso em: 18 mar. 2025

PERNAMBUCO. Decreto nº 14.782. Denomina o Centro de Reabilitação e Educação Especial no Município de Caruaru e dá outras providências. Recife, ano LXIII, n. 24, p. 16, 05 fev. 1991.

Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199102&Pesq=%22rotary%22%20%22caruaru%22%20%22educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%22&id=486390389599&pagfis=136>.

Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 1846 de 9 de dezembro de 1969. Cria o Ginásio Estadual Padre Zacarias Tavares e dá outras providências. Recife, ano XLVI, n. 285, p. 10185, 10 dez. 1969. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196912&pesq=%22gin%C3%A1sio%20estadual%20padre%20zacarias%20tavares%22%20%22cria%22&pagfis=333>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 20.970, de 22 de outubro de 1998. Eleva a Escola José Carlos Florêncio, no Município de Caruaru, à categoria de escola de Ensino Médio. Recife, ano LXXV, n. 198, p. 6, 23 out. 1998. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199810&pesq=%22Jos%C3%A9%20Carlos%20Flor%C3%AAncio%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=1396>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 20.972, de 22 de outubro de 1998. Eleva a Escola Professora Jesuína Pereira Rêgo, o Município de Caruaru, à categoria de Escola de Ensino Médio. Recife, ano LXXV, n. 198, p. 6, 23 de outubro de 1998. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199810&pesq=%22ensino%20m%C3%A9dio%22%20%22Jesu%C3%ADna%20Pereira%22%20%22eleva%22&pagfis=1396>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 20.988, de 22 de outubro de 1998. Eleva a Escola Dom Miguel de Lima Valverde, no Município de Caruaru, à categoria de Escola de Ensino Médio. Recife, ano LXXV, n. 198, p. 8, 23 out. 1998. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199810&pesq=%22miguel%20de%20lima%22%20%22eleva%22%20%22caruaru%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=1398>. Acesso em: 19 mar. 2025

PERNAMBUCO. Decreto nº 23.001. Eleva a Escola Antonia Cavalcanti de albuquerque à categoria de Ensino Médio, no Município de Caruaru. Recife, ano LXXVII, n. 24, p. 4, 3 fv. 2001. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_200102&pesq=%22eleva%22%20%22categoria%22%20%22caruaru%22%20%22antonia%22&pagfis=212>. Acesso em: 15 mar. 2025

PERNAMBUCO. Decreto nº 24. 979, de 09 de dezembro de 2002. Eleva a Escola Santo Amaro à categoria de Ensino Médio, no Município de Caruaru - PE. Recife, ano LXXIX, n. 235, p. 3, 10 dez. 2002. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_200212&pesq=%22Escola%20Santo%20Amaro%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=671>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 31.311. Cria a Escola de Referência em Ensino Médio Arnaldo Assunção, com o nível de Ensino Médio, em jornada integral, localizado no Município de Caruaru, neste Estado. Recife, ano LXXXV, n. 09 , p. 7 , 12 jan. 2008. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2008&pesq=%22escola%20de%20refer%C3%AAncia%20em%20ensino%20m%C3%A9dio%22%20%22caruaru%22&pagfis=887>>. Acesso em 18 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 38.814., de 8 de novembro de 2012. Cria a Escola Estadual Gregório Bezerra, localizada no Presídio Juiz Plácido de Souza, sito a Avenida Espírito Santo, nº39, Bairro Vassoural, Caruaru- PE, com Ensino Fundamental - I à IV Fase e Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Telecurso 2000. Recife, ano LXXXIX, n. 213, p. 5, 9 nov. 2012. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2012&pesq=%22Escola%20Estadual%20Greg%C3%B3rio%20Bezerra%20%22&pagfis=8723>>. Acesso em 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 39.039, de 4 de janeiro de 2013. Art. 3º. Recife, ano XC, n.3, p. 3, 5 jan. 2013. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2013&pesq=%2239.039%22%20%22Maria%20auxiliadora%20liberato%22&pagfis=63>>. Acesso: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 39.039, de 4 de janeiro de 2013. Cria Escolas de referência em Ensino Médio, em Jornada Integral e Jornada Semi-Integral, e dá outras providências. Art. 3º. Recife, ano XC, n. 3, p. 3, 5 jan. 2013. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2013&pesq=%22%20Escola%20de%20Refer%C3%Aancia%20em%20Ensino%20M%C3%A9dio%20Padre%20Zacarias%20Tavares%22&pagfis=63>>. Acesso em 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 39.039. Cria Escolas de Referência em Ensino Médio, em Jornada Integral e Semi-Integral, e dá outras providências. Art. 3º. Recife, ano XC, n.3, p. 3, 5 jan. 2013. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2013&pesq=%2239.039%22%20%22Maria%20auxiliadora%20liberato%22&pagfis=63>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 44. 034, de 11 de janeiro de 2017. Altera a jornada escolar das Escolas de Referências em Ensino Médio Semi-Integral e das Escolas de Ensino Médio Regular que indica. Recife, ano XCIV, n. 8, p. 4 , 12 jan. 2017. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2017&pesq=%22%20nicanor%20souto%20maior%22%20%22escola%20de%20referencia%22&pagfis=205>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 44.042, de 16 de janeiro de 2017. Transforma as Escolas de Ensino Médio Regular que indica em Escolas de Referência em Ensino Médio e altera as respectivas jornadas escolares. Recife, ano XCIV, n. 11 , p. 5, 17 jan. 2017. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2017&pesq=%22escola%20de%20referencia%20em%20ensino%20m%C3%A9dio%20nicanor%20souto%20maior%22%20%22escola%22&pagfis=295>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 44.071, de 30 de janeiro de 2017. Cria a Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra, no Município de Caruaru, neste Estado, para a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em jornada integral. Recife, ano XCIV, n. 21, p. 6, 31 jan. 2017. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2017&pesq=%22Escola%20T%C3%A9cnica%20Estadual%20Ministro%20Fernando%20Lyra%22&pagfis=670>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 45.544, de 8 de janeiro de 2018. Transforma as Escolas de Ensino Médio em Escolas de Referência em Ensino Médio. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2018&pesq=%22escola%20de%20referencia%20em%20Ensino%20m%C3%A9dio%22%20%22Vicente%22%20%22Monteiro%22%20%22cria%22&pagfis=146>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 48.811, de 16 de março de 2020. Transforma as Escolas de Ensino Médio e em Escolas de Referência em Ensino Fundamental e em Ensino Médio, e dá outras providências. Art. 6º. Recife, ano XCVII, n. 49, p. 3, 17 mar. 2020. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2020&pesq=%22Escola%20de%20referencia%20em%20ensino%20M%C3%A9dio%22%20%22M%C3%A1rio%20Sette%22&pagfis=1402>>. Acesso em 22 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 48.811, de 16 de março de 2020. Transforma as Escolas de Ensino Médio em Escolas de Referência em Ensino Fundamental e em Ensino Médio, e dá outras providências. Recife, ano XCVII, n. 49, p. 3. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2020&pesq=%22%20Ad%C3%A9lia%20Leal%20ferreira%22&pagfis=1401>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 488, de fevereiro de 1960. Recife. ano XXXVII, n. 27, p. 647, 3 fev. 1960. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196002&pesq=%22gin%C3%A1sio%20estadual%22%20%22caruaru%22%20%221960%22&pagfis=43>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 5.709. Eleva e redenomina unidades estaduais de ensino. Art. 3º. Recife, ano LVI, n. 50, p. 10, 15 mar. 1979. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197903&pesq=%22Professora%20Elisete%20Lopes%20de%20Lima%20Pires%20%22&pagfis=514>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 52.141. Transforma escolas de Ensino Médio e Fundamental em Escolas de Referência em Ensino Médio e Ensino Fundamental e Médio. Art. 3º. Recife, ano XCIX, n. 4, p. 4, 7 jan. 2022. Disponível em:

<<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2022&pesq=%22Professora%20Elisete%20Lopes%20de%20Lima%20Pires%20%22&pagfis=66>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 7.056. Eleva a Escola Professor Vicente Monteiro, à categoria de Ensino de 1º e 2º Graus. ano LVIII, n.28, p. 4, 11 fev. 1981. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198102&pesq=%22vicente%20monteiro%22%20%22eleva%22%20%22caruaru%22&pagfis=236>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 7.774, de 9 de fevereiro de 1982. Eleva a “ESCOLA DOM VITAL”, à categoria de 1º e 2º graus. Recife. ano LIX, n.27, p. 3, 10 fev. 1982. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198202&pesq=%22Escola%20dom%20vital%22%20%22caruaru%22&pagfis=206>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 7.833 de 16 de março de 1982. Eleva a “ESCOLA PROFESSORA ELISETE LOPES DE LIMA PIRES”, À categoria de Ensino de 1º e 2º Graus. Recife, ano LIX, n. 50, p. 03, 17 mar. 1982. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198203&pesq=%22Professora%20Elisete%20Lopes%20de%20Lima%20Pires%20%22&pagfis=539>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 8.415. Eleva a “ESCOLA PROFESSOR VALFREDO PEREIRA DE LISBOA”, à categoria de Ensino de 1º e 2º Graus. Recife, ano LX, n. 20, p. 03, 29 jan. 1983. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198301&pesq=%22Escola%20Professor%20Valfredo%20Pereira%20de%20Lisboa%22&pagfis=771>. Acesso em 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Educação e Cultura. Portaria n. 368. Recife, ano XXXVIII, n. 52, p. 1280, 5 mar. 1961. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196103&pesq=%22caiu%C3%A1%22%20%22escola%22%20%22evangelica%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=144>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Educação e Cultura. Portaria nº 857. Recife, ano XLIII, n. 66, p. 2135, 23 mar. 1966. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_196603&pesq=%22Centro%20Social%20Jo%C3%A3o%20XXIII%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=1064>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Estatutos da Escola Irmã Sônia. Sede - Rua Professor José Leão n. 583 - Caruaru - Pernambuco. ano XXXIII, n.98, p. 2.177, 3 maio de 1956. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195605&pesq=%22estatutos%20da%20escola%20irm%C3%A3%20sonia%22&pagfis=55>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Estatutos da Escola Irmã Sônia. Sede - Rua Professor José Leão n. 567 - Caruaru - Pernambuco. ano XXXIV, n. 35 p. 760, 10 fev. 1957. Disponível em:

<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195702&pesq=%22estatuto%22%20%22escola%20irm%C3%A3%20sonia%22&pagfis=277>. Acesso em: 19 mar 2025.

PERNAMBUCO. Estatutos do Instituto de Assistência Social D. Frei Vital” de Caruarú - Pernambuco. Recife. ano XXX, n. 250, p. 5226, 6 nov. 1953. Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195311&pesq=%22Escola%22%20%22Convento%20dos%20Capuchinhos%22%20%22caruaru%22&pagfis=130>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Governo Cria Novo Colégio em Caruaru. Recife, ano XLVIII, n. 15, p. 370, 19 jan. 1971. Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197101&pesq=%22colegio%20estadual%20nicanor%20souto%20maior%22%20%22cria%22&pagfis=464>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Joaquim inaugura barragens, escola e postos de saúde. Recife, ano LXXI, n. 156, p. 1, Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199408&pesq=%22Jos%C3%A9%20Bione%20de%20Ara%C3%BAjo%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=1233>. Acesso em 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Liberato pede mais água para beneficiar Altinho e Ibirajuba. Recife, ano LXXIX, n. 54, p. 2, 10 abr. 2002. Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_200204&pesq=%22Santo%20Amaro%22%20%22kenedy%22&pagfis=774>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Portaria SE nº 3641 de 8 de maio de 2013. ano XC, n.85, p. 14, 9 maio 2013. Disponível em:
<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2013&pesq=%22Escola%20Estadual%20Irm%C3%A3%20S%C3%B4nia%22&pagfis=3608>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Portaria SEE nº 3152 de 25 de 07 de 1995. Recife, ano LXXII, n. 140, p. 26, 26 jul. 1995. Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_199507&pesq=%22Jos%C3%A9%20Bione%20de%20Ara%C3%BAjo%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=1438>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Portaria SEE/PE nº 512/2025. Recife, ano CII, n. 18, p. 17, 28 jan. 2025. Disponível em:
<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2025&pesq=%22escola%20de%20referencia%22%20%22rosilda%20maciel%22&pagfis=327>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Projeto de Lei Ordinária nº 481/2008. Denomina Colégio estadual Nelson Barbalho o estabelecimento educacional atualmente denominado Colégio Estadual de Caruaru. Recife, ano LXXXV, n. 33, p. 8, 5 mar. 2008. Disponível em:
<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2008&pesq=%22col%C3%A9gio%20estadual%20nelson%20barbalho%22&hf=acervo.sdoe.com.br&pagfis=7164>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Pronunciamento de Laura Gomes na Reunião Ordinária Realizada, em 14 de março de 2017. Recife, ano XCIV, n. 41, p. 20, 15 mar. 2017. Disponível em:
<http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=2017&pesq=%22laura%20gomes%22%20%22escola%20t%C3%A9cnica%22%20%22caruaru%22&pagfis=2108>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Requerimento n. 125. Recife. ano XXVIII, n. 101, p. 437, 8 maio 1951. Disponível em:<
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_195105&pesq=%22MIGUEL%20DE%20LIMA%20VALVERDE%22%20%22povo%20pernambucano%22&pagfis=145>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Rotary Club de Caruaru. Extrato do Estatuto do Rotary Club de Caruaru. Recife, ano L, n. 28, p. 620, 9 fev. 1973 Disponível em:
http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197302&pesq=%22Rotary%20club%22%20%22Caruaru%22&pagfis=248>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria da Educação cria mais 10 mil vagas escolares. As Escolas. Recife, ano LXIII, n. 51, p. 24, 18 mar. 1986. Disponível em: http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198603&pesq=%20%22Maria%20auxiliadora%20liberato%22&pagfis=560>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Prefeitos discutem a Educação. Nova Escola. Dependências. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 159, n. 232, p. A-14, 25 ago. 1984. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22escola%20santo%20amaro%22%20%22vila%20kennedy%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=79369>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil 3. ed. Campinas SP,: Autores Associados, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt&for>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cadernos Cedes, v. 28, p. 291-312, 2008.

Secretário viaja hoje Caruaru para inaugurar escola. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 146, n. 112, p. 10, 18 maio 1971. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22jornalista%20jos%C3%A9%20carlos%20flor%C3%A9ncio%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15491>. Acesso em 21 mar. 2025.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. Revista Linhas, Florianópolis, v.14, n. 26, jan./jun. 2013. p.199 – 221. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4697b332-e230-4b23-97fc-b55b5f9607ca>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

TEIXEIRA, Simonne. Contribuições à prática pedagógica para a educação patrimonial. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4697b332-e230-4b23-97fc-b55b5f9607ca>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Do engenheiro ao licenciado: subsídios para a história da profissionalização do professor de Matemática no Brasil. Revista Diálogo Educacional, v. 5, n. 16, p. 1-20, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116175006.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Vida Administrativa. **Diário da Manhã**. Recife. Uma seção, p. 4, 23 jun. 1944. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_03&pesq=%22grupo%20escolar%22%20%22vicente%20da%20silva%20monteiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6617>. Acesso em: 23 mar. 2025.

VIEIRA, Sofia. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 88, n. 219, 2007. Disponível em: https://d1wqtxs1xzle7.cloudfront.net/55043170/749-808-1-PB_1-libre.pdf?1511024375=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPB_1.pdf&Expires=1742949054&Signature=ZQICeX9QR3nw4kY5NWhBHUVc8MvoajSye1NGpN9fKMULPULyhFLzKfoXKVY-FCVYc-3XyRKJ5hcQcV-W1gVeyHl-y8HJCGYKA7D~eiJbAcvraV3SEHS0KGUwHhmPhkZmrXQF1EiMdB4X6fkvxDXAkmWzOlwG9iLoP~J-qlutFP0TdnPwJAmyqDZCgmyXBdzXdQVkt4EWMNxlG3p9THMm6aprrXBdiB12VwZX73BrQECHukO0099Jxpf35fCbzE5GdE~MOuCd1cFwUVH~N1nUNJiF1ihXdWOCTOHNd66eXhKAVLsPmRA-EijlATyME0ARqdifwEEenPBGE9HvVWXUOfa__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 11 fev. 2025.